
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

***Demonstrações contábeis
consolidadas em IFRS
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco Cooperativo Sicoob S.A. ("Instituição" ou "Banco Sicoob") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

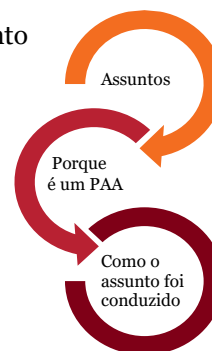
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cooperativo Sicoob S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(i), 4(f) e 13)**

A estimativa da perda do valor recuperável das operações de crédito, considerando os requerimentos da IFRS 9, envolve um elevado nível de julgamento por parte da administração. A determinação da perda de crédito esperada considera, dentre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos que sejam significativos, e individual ou coletivo para ativos que não sejam significativos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9. Esse processo envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como, qualidade do crédito, tamanho do portfólio, concentração e fatores econômicos.

Dessa forma, essa área se manteve como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes sobre os controles internos relevantes na apuração e reconhecimento das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, contemplando substancialmente os seguintes principais processos: (i) modelo das premissas adotados pela administração para determinação do valor recuperável dos créditos; (ii) concessão de crédito e operações renegociadas; (iii) processamento e contabilização das provisões; (iv) reconciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (v) elaboração das notas explicativas.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação individual, avaliamos e testamos os critérios utilizados para a determinação do valor recuperável com base no risco de crédito.

Para as provisões calculadas considerando a avaliação coletiva, efetuamos testes quanto ao processo de aprovação e validação dos modelos aplicados na determinação do valor recuperável do crédito. Em base amostral, com o auxílio dos nossos especialistas, testamos os referidos modelos, considerando os parâmetros desenvolvidos, para as carteiras mais significativas, bem como a integridade da base de dados utilizada para os cálculos.

Também realizamos testes sobre a classificação dos créditos nos estágios previstos pela IFRS 9. A classificação nos estágios considera o nível de risco de crédito do devedor, e quando aplicável, a deterioração desse risco, assim como a dificuldade financeira do devedor, atrasos de suas obrigações contratuais, renegociações, garantias, projeções de fluxo de caixa, entre outros aspectos.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para perdas esperadas de crédito, com base no IFRS 9, são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Porque é um PAA

Provisões para passivos contingentes (Notas 4(o) e 23)

O Banco Sicoob e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista, cível, decorrente do curso normal de suas atividades.

Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração o qual é reavaliado periodicamente, inclusive quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, considerando novos eventos ocorridos. Nessas circunstâncias, essa área mantém-se como foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a atualização de nosso entendimento e testes relacionados a identificação e constituição de passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas.

Adicionalmente, efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, inclusive considerando os novos eventos ocorridos no exercício, a totalidade das informações e o valor correto das provisões.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para contingências passivas são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações contábeis consolidadas.

Ambiente de tecnologia da informação

O Banco Sicoob tem um ambiente de negócio altamente dependente da tecnologia requerendo uma infraestrutura complexa para suportar o elevado número de transações processadas diariamente em seus diversos sistemas.

Os riscos inerentes à tecnologia da informação, associado aos processos e controles que suportam o processamento dos sistemas de tecnologia, considerando os sistemas legados e os ambientes de tecnologia existentes, podem, eventualmente, ocasionar processamento incorreto de informações críticas, inclusive aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Por essa razão, essa permanece uma área de foco em nossa auditoria.

Com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos nossa avaliação do desenho e realizamos testes quanto a efetividade operacional dos controles internos relacionados à gestão do ambiente de tecnologia da informação.

Os procedimentos executados envolveram a combinação de testes de controles sobre processos-chaves relacionados à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operação de computadores relacionados com a infraestrutura que suporta o negócio da Instituição.

Com o resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionam uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações contábeis consolidadas.



Banco Cooperativo Sicoob S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção

Banco Cooperativo Sicoob S.A.

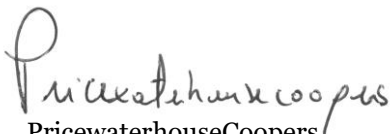
relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 20 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

The image shows a modern, multi-story building with a glass facade. The Sicoob logo, a stylized triangle with a blue and green gradient, is positioned above the word "SICOOB" in a bold, sans-serif font. The building has a prominent entrance with a set of stairs and a glass door. In the foreground, there are several palm trees and other tropical plants in a landscaped area. The overall scene is captured in a slightly desaturated, blue-tinted style.

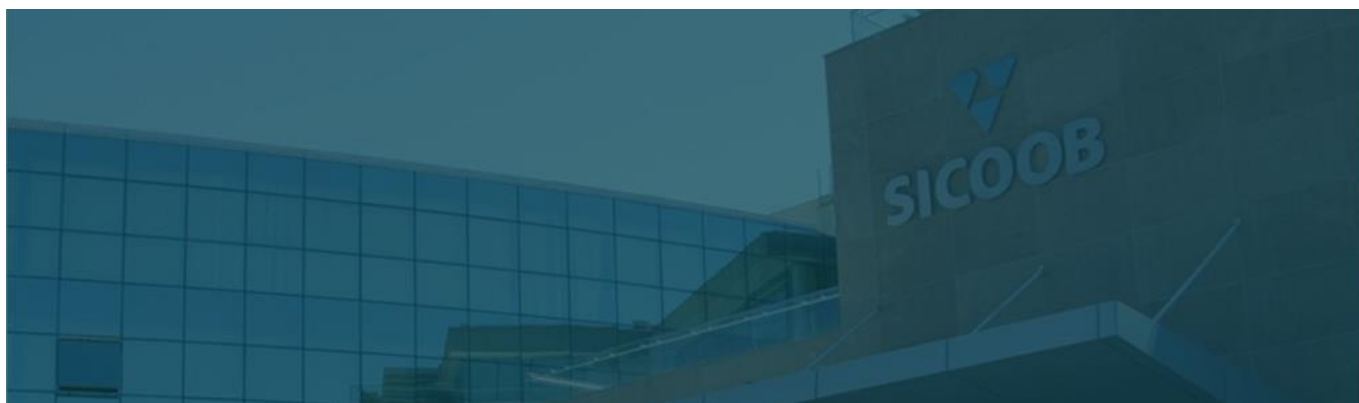
SICOOB

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS EM IFRS

Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob

| 31 de dezembro de 2022 e 2021

 **SICOOB**



Índice

Relatório da Administração	5
Balanço patrimonial consolidado em IFRS	9
Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS	11
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS	12
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em IFRS	13
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS	14
Nota 1 - Contexto operacional	14
Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS	14
Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos	14
Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis	15
Nota 5 - Receitas líquidas com juros	26
Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões	27
Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais	27
Nota 8 - Despesas com pessoal	27
Nota 9 - Outras despesas administrativas	28
Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa	28
Nota 11 - Depósitos compulsórios no Banco Central	28
Nota 12 - Ativos financeiros ao custo amortizado	28
Nota 13 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros	32
Nota 14 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	33
Nota 15 - Outros ativos	34
Nota 16 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	34
Nota 17 - Investimentos	36
Nota 18 - Imobilizado	36
Nota 19 - Intangível	36
Nota 20 - Passivos financeiros ao custo amortizado	37
Nota 21 - Outros passivos	38
Nota 22 - Garantias financeiras prestadas	38
Nota 23 - Passivos, contingências e obrigações legais	38
Nota 24 - Patrimônio líquido	40
Nota 25 - Transações com partes relacionadas	41
Nota 26 - Limites operacionais - acordo de Basileia	42
Nota 27 - Outras informações	42
Nota 28 - Gerenciamento de riscos financeiros	42
Nota 29 - Riscos de continuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital	50
Resumo do relatório do comitê de auditoria	52
Composição dos órgãos de administração do Banco Sicoob	54

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2022

Aos administradores e controladores do Banco Sicoob,

Apresentamos as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS de 31 de dezembro de 2022, do Banco Cooperativo Sicoob S/A – Banco Sicoob, com os principais números obtidos no exercício.

Cenário Macroeconômico

O ano de 2022 foi marcado, do ponto de vista global, pela intensificação das pressões inflacionárias, cujos índices alcançaram as maiores variações em décadas nas principais economias. Além dos resquícios dos desequilíbrios deixados pela pandemia e do efeito dos estímulos concedidos na maior parte do mundo, a inflação sofreu um choque adicional proveniente da invasão da Ucrânia pela Rússia, evento geopolítico de grandes proporções e que afetou de forma significativa preços importantes, como petróleo, gás natural, fertilizantes e grãos. Em meio às crescentes pressões, o Banco Central dos Estados Unidos iniciou um processo de rápido aumento das taxas de juros, o que afetou a precificação de ativos nos mercados internacionais. Diante do aperto monetário conduzido pelos principais Bancos Centrais e pela gradual normalização dos choques de oferta, as pressões inflacionárias começaram a ser revertidas ao longo do segundo semestre. Do ponto de vista econômico, o mundo ainda apresentou bom ritmo de crescimento de forma geral, com exceção da China, cuja economia foi prejudicada pelas políticas restritivas do governo visando o controle da covid-19.

No Brasil, a atividade econômica manteve a forte recuperação iniciada em 2021, embalada pela reabertura de setores ligados aos serviços – mais afetados pela pandemia – e pela retomada consistente do mercado de trabalho. O PIB acumulou crescimento de 3,2% no ano até o 3º trimestre, na comparação com mesmo período de 2021. Pelo lado da demanda, o desempenho foi favorecido pelo consumo das famílias, com forte expansão de 4,3% nesta base de comparação, como reflexo da retomada do mercado de trabalho, do incremento de programas de transferência de renda e da expansão do crédito, embora este com tendência de perda de ritmo na segunda metade do ano. Do lado da oferta, o destaque ficou para o setor de serviços (4,4%), em meio à normalização das atividades no setor após o fim das restrições trazidas pela pandemia.

Em relação ao crédito, as concessões totais encerraram 2022 em expansão de 10,4% em termos reais, acelerando em relação ao crescimento de 2021 (10,1%). No ano, a aceleração das concessões contou com os maiores volumes da carteira PJ, que cresceram 10,5% em 2022, após +4,7% em 2021. Na carteira PF, também houve crescimento, mas em menor ritmo que o ano anterior (+10,2% em 2022, após +15,2% em 2021). As concessões foram favorecidas por medidas que ampliaram os volumes em certas modalidades das carteiras PF e PJ, como as medidas da margem do crédito consignado, a renovação do Pronampe, ampliação do Plano Safra e mudanças nas regras do crédito imobiliário. Além disso, o próprio cenário de retomada das atividades após a crise sanitária favoreceu o maior volume de concessões em modalidades como cartão de crédito à vista para pessoas físicas e desconto de duplicatas para pessoas jurídicas – modalidades ligadas ao consumo.

A inadimplência seguiu em trajetória de elevação no decorrer de 2022, com resultados ainda mais fortes nos recursos livres para pessoas físicas. A inadimplência total atingiu 3,0% em dez/22, ficando 0,7 p.p. acima de dez/21.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, apresentou importante desaceleração no ano de 2022, com variação de 5,8% (de 10,1% registrada em 2021). No entanto, além de ter novamente superado a meta estabelecida para o ano (3,50%, com teto de 4,75%), boa parte da queda refletiu o corte de impostos sobre itens como combustíveis e energia elétrica, o que levou os preços administrados a apresentarem

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2022

recuo no ano (-3,8%, de 17% em 2021). Os preços livres aceleraram para uma variação anual de 9,4% (de 7,7% em 2021), embora ao longo do ano a alta em 12 meses tenha alcançado um pico de 11,9% em junho, sugerindo que também houve redução das pressões entre os preços livres no segundo semestre.

Diante do quadro inflacionário deteriorado, com reflexos negativos nas expectativas para o IPCA em 2022 e 2023, o Banco Central estendeu o processo de normalização da política monetária. Após ter elevado a Selic de 2,0% em março de 2021 até 9,25% em dezembro do mesmo ano, o Copom promoveu ajustes adicionais até o mês de agosto de 2022, levando a taxa básica até 13,75%, nível que foi mantido até o final do ano passado.

Do ponto de vista fiscal, o ano de 2022 trouxe ambiguidades. Os números correntes continuaram relativamente favoráveis, em meio ao aumento da arrecadação diante dos choques de preços de commodities e da retomada da atividade. Por outro lado, novas iniciativas do Executivo e Legislativo visando abrir espaços para gastos neste ano e reduzir impostos renovaram as preocupações com os rumos da política fiscal. Tomando como base o resultado do Governo Central, divulgado pelo Tesouro Nacional, houve superávit primário de R\$ 54,1 bilhões no ano de 2022 (0,5% do PIB), saldo bem superior ao registrado em 2021 (-R\$ 35,1 bilhões), sendo o primeiro superávit registrado desde 2013.

Em suma, o ano 2022 apresentou um desempenho econômico melhor que o esperado no Brasil, o que se traduziu em novas reduções da taxa de desemprego e sustentação do consumo das famílias. Porém, houve piora na precificação dos ativos domésticos e aumento na percepção de risco fiscal, o que afetou principalmente o custo do capital, via elevação das taxas de juros futuras. Adicionalmente, o período foi marcado pela continuidade do quadro inflacionário adverso, o que exigiu novos ajustes nos juros por parte do Banco Central até agosto. No exterior, a inflação entrou definitivamente no foco das preocupações dos governos e mercados, movimento intensificado a partir da invasão da Ucrânia pela Rússia.

Banco Sicoob

Fundado em novembro de 1996, o Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob é um banco múltiplo privado, cujo controle acionário pertence às entidades filiadas ao Sicoob. Nessas quase três décadas, a instituição financeira vem construindo uma história baseada na gestão estratégica dos negócios e no trabalho integrado, a fim de estimular o desenvolvimento do cooperativismo financeiro no país.

O Banco Sicoob integra a estrutura de Governança Corporativa unificada com o Sicoob Confederação, formando assim o Centro Cooperativo Sicoob - CCS. Desta forma, o Banco reúne no âmbito do seu conglomerado as empresas Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. - Sicoob Consórcios, Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. - Sicoob Pagamentos e Sicoob Participações em Seguridade S.A. - Sicoob Par Seguridade, além de patrocinar a fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ.

Unido a essas empresas, o Banco Sicoob desenvolve ações estratégicas com foco na melhoria contínua de processos e disponibiliza produtos e serviços financeiros especializados em atender às demandas das cooperativas singulares.

Tais ações integram o Planejamento Estratégico do CCS, representado pelo Pacto Sistêmico, que é um conjunto de diretrizes composto por desafios que são delineados pelo aumento da concorrência, inovação, geração de conhecimento dos colaboradores e na infraestrutura de produtos e serviços do Banco Sicoob. Nesta perspectiva, o papel do Banco Sicoob é agregar diferenciais competitivos às cooperativas.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2022

Os impactos positivos dessas ações podem ser confirmados nos grandes números que a instituição vem alcançando: em 2022, o Banco Sicoob apresentou o resultado consolidado de R\$ 403,03 milhões, representando um aumento de 61,69% em relação a 2021.

Performance

a. Ativos financeiros

Com montante consolidado de R\$ 95,99 bilhões em dezembro de 2022, o que corresponde a aumento de aproximadamente 37,59% quando comparado ao período anterior, destacam-se.

a.1. Títulos e valores mobiliários

No valor de R\$ 30,03 bilhões em 2022, tem expressiva participação de títulos públicos federais (LFTs, LTNs e NTNs), o que equivale a aproximadamente 96,80% do total destes instrumentos financeiros. O crescimento no período foi de 35,82%.

a.2. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Com total de R\$ 1,31 bilhões em 2022, refere-se às aplicações em Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI). O crescimento no período foi da ordem de 74,34%.

a.3. Empréstimos e recebíveis

Totalizaram R\$ 48,39 bilhões, o que corresponde a um crescimento de 33,13% em relação a dezembro 2021. Na composição total destacam-se as linhas contratadas de crédito imobiliário, que apresentou expansão de 26,85%, e capital de giro, que expandiu 24,95%. Os repasses interfinanceiros com as cooperativas de crédito também expandiram de R\$ 20,06 bilhões para R\$ 27,64 bilhões, com aumento representativo de 37,79%. Também apresentaram crescimento as linhas com recursos da poupança rural, próprios e obrigatórios.

A carteira de crédito consignado (Crédito Consignado INSS e Tradicional) atingiu o valor de R\$ 2,41 bilhão, aumento de 41,76% em relação a dezembro de 2021.

b. Operações de cartões

O Banco Sicoob, emissor de cartões do Sicoob e de outros sistemas cooperativos, encerrou o ano de 2022 com 10,80 milhões de plásticos, dos quais 4,70 milhões possuem limite implantado. A expansão da base de cartões junto aos outros sistemas contribuiu com aproximadamente 20% do faturamento total.

O volume de compras no ano foi de R\$ 90,40 bilhões, significando um crescimento de 25,30% em relação ao ano anterior. Considerando apenas as transações realizadas na função crédito, o volume foi de R\$ 47,80 bilhões.

c. Operações de aquisição

A aquisição, na combinação das bases Sicoob e sistemas parceiros, registrou no ano de 2022 um aumento de 9,35% sobre a base de credenciamentos ativos da maquininha Sipag, na comparação com o mesmo período do ano de 2021.

Com o aumento de estabelecimentos ativos na base, houve aumento no faturamento acumulado, alcançando R\$ 40,90 bilhões, o que representa um aumento de 6,60% em relação ao mesmo período do ano de 2021.

Relatório da Administração

31 de dezembro de 2022

d. Depósitos

Os depósitos consolidados alcançaram, em 2022, o valor de R\$ 75,93 bilhões, um aumento de 34,26% em relação ao ano de 2021.

A Poupança Cooperada fechou o ano somando R\$ 11,97 bilhões, um crescimento de 3,33% em relação ao ano de 2021.

e. Processamento de serviços

O Banco Sicoob prestou serviços de custódia, microfilmagem, rastreamento de documentos e pesquisas em tempo real, entre outros. Além disso, compensou durante o ano de 2022 um total de 555.994.268 documentos, sendo 6,25% superior ao mesmo período do ano anterior.

f. Novos convênios

No ano de 2022, novos convênios corporativos de arrecadação de faturas/guias com código de barras e débito automático foram firmados, totalizando 866 parcerias. Dentre os novos convênios, destacamos DETRAN AM, DETRAN e SEFAZ RS, DMAE Uberlândia MG, SAAE Cacoal RO, SAMAE Governador Celso Ramos SC, as Concessionárias Coprel Telecom RS, Hidropan Energia RS, Ambiental Crato CE, Prefeitura de Aracajú SE, Prefeitura de Barbacena MG, Prefeitura de Costa Rica MS, Prefeitura de Jundiáí SP, Prefeitura de Macaé RJ, Prefeitura de Osasco SP, Prefeitura de Porto Alegre RS, Prefeitura de Gaspar SC e Prefeitura de Alexânia GO.

O portfólio de convênios está à disposição das cooperativas do Sicoob e dos demais sistemas cooperativos, além de instituições bancárias, sendo um dos mais representativos do Sistema Financeiro Nacional.

Patrimônio líquido e resultado do exercício

O patrimônio líquido consolidado em 31 de dezembro de 2022 alcançou o montante de R\$ 3,20 bilhões, o que representa um crescimento de 26,04% em relação ao ano anterior.

No exercício, o retorno anualizado foi de 15,12% sobre o patrimônio líquido médio.

Agradecimentos

Agradecemos aos representantes das acionistas, pela confiança na Administração; ao Sicoob Confederação e às cooperativas centrais e singulares do Sicoob, pela cooperação no cumprimento dos objetivos sistêmicos; às entidades externas parceiras, por acreditarem nas soluções oferecidas pelo Conglomerado Banco Sicoob e pela Fundação Sicoob Previ, e aos profissionais do Banco, das empresas controladas e da fundação patrocinada, pela incondicional dedicação.

A Administração

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	10	13.982.515	8.451.644
Depósitos compulsórios no Banco Central	11	2.367.260	2.173.252
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)	14	974.942	230.196
Títulos e valores mobiliários		35.314	26.720
Cotas de fundos de investimento		21.750	22.979
CPR/CPRF		917.610	180.497
Outros ativos		268	-
Ativos financeiros ao custo amortizado		78.665.729	58.911.239
Empréstimos e recebíveis de clientes	12(a)	48.787.762	36.553.664
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis		(488.064)	(272.608)
Títulos e valores mobiliários	12(d)	29.061.370	21.885.170
Aplicações em depósitos interfinanceiros	12(d)	1.308.534	750.581
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos e valores mobiliários		(3.873)	(5.568)
Outros ativos	15	5.420.286	5.324.178
Créditos tributários	16(a)	381.880	268.894
Investimentos	17	173.639	145.569
Imobilizado	18	203.889	133.063
Intangível	19	45.174	55.297
TOTAL DO ATIVO		102.215.314	75.693.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Balanço patrimonial consolidado em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros ao custo amortizado		86.021.589	62.485.839
Depósitos de clientes	20(a)	75.925.096	56.548.903
Obrigações por operações compromissadas	20(b)	4.715.701	2.026.413
Letras de crédito do agronegócio	20(c)	230.340	34.681
Obrigações por empréstimos e repasses	20(d)	5.150.012	3.875.502
Outros passivos		440	340
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		82	56
Instrumentos financeiros derivativos passivo		82	56
Passivos fiscais		374.041	272.864
Impostos correntes		321.197	245.198
Impostos diferidos		52.844	27.666
Outros passivos ao custo amortizado		12.636.760	10.397.991
Outras obrigações	21	12.618.618	10.382.060
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	23(a)	18.142	15.931
Patrimônio líquido	24	3.182.842	2.536.582
Capital social		2.570.093	2.110.226
Reservas de capital		858	858
Reservas de lucros		594.759	393.397
Ajustes de avaliação patrimonial		(15.766)	(15.331)
Lucros acumulados		31.300	46.370
Participação de não controladores		1.598	1.062
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		102.215.314	75.693.332

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada do resultado e do resultado abrangente em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com juros e similares	5	8.549.861	3.392.200
Despesas com juros e similares	5	(7.802.976)	(2.570.422)
Receita líquida com juros		746.885	821.778
Receitas de tarifas e comissões	6	2.015.554	1.713.907
Despesas com tarifas e comissões	6	(344.742)	(514.361)
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		1.822	(359)
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros		(224.762)	(89.879)
Resultado de equivalência patrimonial		96.378	21.335
Variações cambiais (líquidas)		4.185	3.807
Outras receitas e despesas operacionais	7	(477.058)	(399.793)
Receita líquida operacional		1.818.262	1.556.435
Despesas operacionais		(1.195.727)	(1.132.753)
Despesas com pessoal	8	(305.973)	(246.290)
Despesas tributárias	9	(252.386)	(213.009)
Despesas gerais e administrativas		(611.245)	(657.987)
Depreciações e amortizações		(26.123)	(15.467)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		622.535	423.682
Impostos correntes		(317.326)	(238.406)
Impostos diferidos		97.817	63.986
Lucro líquido do exercício		403.026	249.262
Lucro atribuível à controladora		402.490	249.220
Atribuível às participações de não controladores		536	42
Resultado abrangente do exercício		403.026	249.262
Atribuível à controladora		402.490	249.220
Atribuível às participações de não controladores		536	42

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Aumento de capital	(-) Capital a integralizar	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total atribuível à controladora	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.864.332	-	-	(14.895)	51	218.378	10.558	-	2.078.424	628	2.079.052
Lucro líquido do exercício	24(a)	-	-	-	-	-	-	249.220	-	249.220	42	249.262
Aumento de capital		245.894	-	-	-	-	-	-	-	245.894	-	245.894
Capital a realizar		-	(245.894)	245.894	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		-	245.894	(245.894)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(45.894)	-	-	(45.894)	-	(45.894)
Aquisição de ações de própria emissão		-	-	-	-	-	807	-	-	807	-	807
Outras mutações		-	-	-	(435)	-	-	7.505	-	7.070	-	7.070
Destinações propostas:												
Reserva legal	24(b)	-	-	-	-	-	11.046	(11.046)	-	-	-	-
Reserva de lucros	24(c)	-	-	-	-	-	199.373	(199.373)	-	-	-	-
Dividendos propostos	24(d)	-	-	-	-	-	10.494	(10.494)	-	-	-	-
Mudanças na participação de não controladores	24(f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	392	392
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.110.226	-	-	(15.330)	858	393.397	46.370	-	2.535.521	1.062	2.536.582
Mutações no período		245.894	-	-	(435)	807	175.019	35.812	-	457.097	433	457.530
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.110.226	-	-	(15.330)	858	393.397	46.370	-	2.535.521	1.062	2.536.582
Lucro líquido do exercício	24(a)	-	-	-	-	-	-	402.490	-	402.490	536	403.026
Aumento de capital		459.867	459.867	(459.867)	-	-	-	-	-	459.867	-	459.867
Capital a realizar		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital		-	(459.867)	459.867	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	(209.867)	-	-	(209.867)	-	(209.867)
Aquisição de ações de própria emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras mutações		-	-	-	(436)	-	1.023	(7.354)	-	(6.767)	-	(6.767)
Destinações propostas:												
Reserva legal	24(b)	-	-	-	-	-	20.510	(20.510)	-	-	-	-
Reserva de lucros	24(c)	-	-	-	-	-	369.186	(369.186)	-	-	-	-
Dividendos propostos	24(d)	-	-	-	-	-	20.510	(20.510)	-	-	-	-
Mudanças na participação de não controladores	24(f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.570.093	-	-	(15.766)	858	594.759	31.300	-	3.181.244	1.598	3.182.842
Mutações no período		459.867	-	-	(436)	-	201.362	(15.070)	-	645.723	536	646.259

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado		801.920	532.562
Lucro líquido antes dos tributos		623.390	423.682
Perdas de crédito esperadas em ativos financeiros		224.762	89.879
Juros e variações monetárias e cambiais		(4.185)	(3.807)
Participação nos lucros		23.464	18.041
Depreciações e amortizações		26.123	15.466
Resultado de participações em controladas		(96.378)	(21.335)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		4.744	3.096
Outros ajustes		-	7.540
(Aumentos) Decréscimos líquidos nos ativos operacionais		(21.470.398)	(18.571.185)
Ativos financeiros ao valor justo no resultado		(744.745)	11.061
Decréscimo (aumento) em títulos e valores mobiliários		(8.594)	(1.251)
(Aumento) decréscimo em cotas de fundos de investimento		1.229	6.074
Aumento de outros		(737.380)	6.238
Ativos financeiros ao custo amortizado		(20.460.189)	(16.641.727)
Aumento em títulos e valores mobiliários		(7.180.074)	(4.583.480)
Decréscimo (aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros		(557.953)	138.246
(Aumento) de empréstimos e recebíveis de clientes		(12.722.162)	(12.196.493)
Demais ativos		(265.464)	(1.940.519)
Variação nos depósitos compulsórios no Bacen		(194.008)	(654.655)
(Aumento) de outros ativos		138.958	(1.238.906)
Imposto de renda e contribuição social (pagos)		(210.414)	(46.958)
(Aumentos) Decréscimos líquidos nos passivos operacionais		25.990.236	(908.822)
Passivos financeiros ao custo amortizado		23.535.774	(3.320.871)
Aumento de depósitos		19.376.193	1.340.216
Aumento das obrigações por operações compromissadas		195.659	(4.750.889)
(Decréscimo) aumento das letras de crédito do agronegócio		2.689.288	(17.695)
(Decréscimo) aumento das obrigações por empréstimos e repasses		1.274.510	108.372
Instrumentos financeiros derivativos		25	55
Outros passivos		99	(930)
Demais passivos		2.454.462	2.412.049
Aumento em outros passivos		2.452.251	2.411.097
Aumento em provisões fiscais, trabalhistas e cíveis		2.211	952
Caixa líquido (aplicado)/gerado nas atividades operacionais		5.321.758	(18.947.445)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento de dividendos de coligadas		66.338	(20.476)
Aquisição de outros investimentos		-	(3.091)
Alienação de Imobilizado de uso		4	-
Baixa de Imobilizado		130	-
Aquisição de imobilizado		(94.194)	(15.010)
Aquisição de intangível		(13.021)	(9.106)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(40.743)	(47.683)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aquisição de ações própria emissão		(806)	807
Aumento de capital social		459.868	245.894
Pagamento de dividendos		(209.206)	(45.856)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		249.856	200.845
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		5.530.871	(18.794.283)
(Redução) Aumento líquida de caixa e equivalentes de caixa		5.530.871	(18.794.283)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	8.451.644	27.245.927
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10	13.982.515	8.451.644

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Nota 1 - Contexto operacional

O Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob ("Banco Sicoob", "Instituição" ou "Banco"), companhia de capital fechado, localizado em Brasília – DF, foi constituído de acordo com a Resolução nº 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Seu funcionamento foi autorizado pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central" ou "BC") em 21 de julho de 1997 e suas atividades foram iniciadas em 1º de setembro de 1997.

Em 29 de março de 2016, o Banco Central autorizou o Banco Sicoob a atuar também na carteira de crédito imobiliário, cujo início ocorreu em 1º de abril de 2016 e, assim, o Banco Sicoob passou a ser um banco cooperativo múltiplo.

O Banco Sicoob foi criado para prestar serviços financeiros, técnicos e operacionais às cooperativas de crédito nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 88. É controlado por cooperativas centrais, que, em conjunto com as cooperativas singulares, formam o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil ("Sicoob").

Nota 2 - Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC").

b. Adoção de novas normas e interpretações

Em 2022, não houve alterações significativas em normas contábeis internacionais que pudessem trazer impactos às demonstrações contábeis consolidadas do Banco Sicoob em IFRS.

c. Normas emitidas aplicáveis em períodos futuros

- **IAS 8 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erros:** O IASB promoveu melhorias no pronunciamento de modo a facilitar a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis por parte das entidades. Tais alterações serão efetivas para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023.
- **IAS 1 – Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB divulgou alterações no pronunciamento de modo que inclui exemplos para auxiliar as entidades a aplicar o julgamento de materialidade para divulgação de políticas contábeis. O objetivo é ajudar as entidades a divulgarem as políticas contábeis que são mais úteis às informações constantes para avaliação dos usuários das demonstrações financeiras. As alterações serão efetivas para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023.

A adoção antecipada das normas não é permitida pelo Banco Central.

d. Aprovação das demonstrações contábeis

A Diretoria Colegiada do Banco Sicoob submeteu ao Conselho de Administração, as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que as aprovou em reunião realizada em 15 de março de 2023.

Nota 3 - Estimativas contábeis críticas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

de ativos, passivos, receitas, custos e despesas devido ao alto nível de subjetividade no envolvimento dessas políticas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das perdas esperadas:

A mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de bancos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros:

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento, conforme nota 12(g).

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo no resultado, tendo o valor justo determinado por meio de cotações de preço de mercado. Quando o valor justo é positivo, as operações são registradas como ativos financeiros e, quando negativos, registrados como passivos financeiros. Os ganhos ou perdas eventuais são reconhecidos integralmente no resultado do período a que se referir.

(iv) Outras estimativas

Outros itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem, a estimativa de realização dos créditos tributários, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco Sicoob revisa as estimativas e premissas periodicamente.

Nota 4 - Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Sicoob foram utilizadas e vêm sendo aplicadas de forma consistente, conforme descrito a seguir:

a. Base para consolidação das demonstrações contábeis em IFRS

As demonstrações contábeis das subsidiárias estão consolidadas com as do Banco Sicoob. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação. A data-base das demonstrações contábeis das empresas controladas utilizada na consolidação é a mesma da controladora.

As empresas Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Sicoob Consórcios"), Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Sicoob DTVM"), Sicoob Pagamentos e Sicoob PAR Seguridade S.A. ("Sicoob PAR"),

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

controladas do Banco Sicoob, estão incluídas na consolidação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022.

Estão apresentadas a seguir, as principais informações das entidades consolidadas:

a.1. Empresas controladas

Componentes	Sicoob DTVM		Sicoob Consórcios		Sicoob Pagamentos		Sicoob PAR	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante e não circulante	15.881	11.134	506.230	165.838	684.180	511.718	141.378	108.332
Total do ativo	15.881	11.134	506.230	165.838	684.180	511.718	141.378	108.332
Passivo circulante e não circulante	5.413	3.568	292.787	61.139	524.508	405.608	37	10
Total do passivo	5.413	3.568	292.787	61.139	524.508	405.608	37	10
Patrimônio líquido	10.468	7.566	213.443	104.699	159.672	106.110	141.341	108.322
Receitas	8.989	6.391	252.406	332.574	304.682	255.843	97.499	23.387
Resultado de operações em continuidade	8.962	6.151	252.371	327.881	304.682	241.977	97.499	23.360
Caixa e equivalentes de caixa	1	3	16	9	669	294	2	23
Participação de controladores	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,00%	99,00%	100,00%	100,00%

a.2. Fundos de investimento

Componentes	Sicoob Previdenciário FI RF		Sicoob Agências FII	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante	36.337	27.516	206	190
Ativo não circulante	-	-	33.405	35.636
Total do ativo	36.337	27.516	33.611	35.826
Passivo circulante	13	12	203	187
Total do passivo	13	12	203	187
Patrimônio líquido	36.324	27.504	33.408	35.639
Receitas	14.213	11.303	4.492	4.752
Resultado de operações em continuidade	14.213	11.303	4.492	1.661
Caixa e equivalentes de caixa	6	9	7	2

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional das entidades que compõem o balanço consolidado do Banco Sicoob. Exceto quando indicado, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, e são utilizadas pelo Sicoob PARA o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 10).

d. Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas do período a que se referem, independentemente de recebimento ou pagamento.

e. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Sicoob são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

e.1. Reconhecimento inicial

(i) Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, geralmente é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco Sicoob se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Banco Sicoob.

(ii) Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco Sicoob no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados ou subtraídos desse valor.

e.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

(i) Avaliação do modelo de negócio

O Banco Sicoob classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses instrumentos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O Banco Sicoob classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco Sicoob pode designar instrumentos em VJR se, ao fazer isso, elimina e reduz significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados obrigações por empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

(ii) Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

Como um segundo passo do processo de classificação, o Banco Sicoob avaliou os termos contratuais dos instrumentos financeiros para verificar se possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Banco Sicoob realizou julgamento e considerou fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

O Banco Sicoob testou os instrumentos financeiros para avaliar se os ativos financeiros atendiam aos critérios de “somente pagamento de principal e juros” e como resultado, as carteiras de títulos e valores mobiliários,

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

de empréstimos e recebíveis e de adquirência, foram classificadas preponderantemente na categoria ao "custo amortizado".

e.3. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais relativos apenas a pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um instrumento financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros está incluída em 'Receitas com juros', utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

e.4. Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor residual de pagamento de um dia para o outro.

Os ativos que não atenderam aos critérios de "somente pagamento de principal e juros" no teste de SPPJ são preponderantemente títulos e valores mobiliários mantidos por fundo de investimento consolidado e aplicações em cotas de fundos de investimento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

e.4.1. Designação irrevogável

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Na adoção inicial, o Banco Sicoob não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

e.4.2. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Banco Sicoob pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Banco em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Na adoção inicial, a Administração do Banco Sicoob não optou por designar os instrumentos patrimoniais ao VJORA.

e.4.3. Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar as características do fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Como resultado do teste de "SPPJ", não foram identificados títulos a serem classificados na categoria de valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA).

e.5. Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas e futuros.
- **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos.
- **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Em 31 de dezembro de 2018, o Banco Sicoob não possuía instrumentos mensurados no nível 3.

A distribuição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo na hierarquia de mensuração está divulgada na Nota 12(b).

e.6. Reclassificação de instrumentos financeiros

O Banco Sicoob não reclassificou seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Banco Sicoob não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos exercícios apresentados.

e.7. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

e.7.1. Baixa (desreconhecimento) devido a modificações substanciais em termos e condições contratuais

O Banco Sicoob desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Banco Sicoob reconhece um ganho ou perda de modificação.

e.7.2. Baixa (desreconhecimento) de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Banco Sicoob transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Banco Sicoob não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento geralmente ocorre quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, exceto para operações de longo prazo cujo desreconhecimento ocorre com 720 dias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

e.7.3. Baixa (desreconhecimento) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoadada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

f. Perdas de crédito esperadas para ativos financeiros

f.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O Banco Sicoob registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, e, portanto, considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses), a não ser que tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas de crédito do prazo remanescente do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE *Lifetime*). A política do Sicoob para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 28.

A PE de 12 meses é a parte da PE *Lifetime* que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE *Lifetime* são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 28.

O Banco Sicoob estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações contábeis, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de a inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Com base no processo acima descrito, o Banco Sicoob distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

- **Estágio 1:** quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Banco Sicoob reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- **Estágio 2:** quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, o Banco Sicoob registra uma provisão para PE *Lifetime*. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação e todos os elementos de inadimplência possíveis.
- **Migração entre estágios:** a migração entre estágios ocorre em razão da deterioração/melhora do risco do tomador, conforme modelos de escoragem.

f.2. Cálculo das perdas esperadas

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento.

Com exceção de créditos rotativos provenientes de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, o período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Banco tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- **Estágio 1:** O Banco Sicoob calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. O cálculo da Perda Esperada 12 meses ocorre pela multiplicação entre os parâmetros de PD 12 meses, EAD e LGD;
- **Estágio 2:** Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Banco Sicoob reconhece uma provisão de perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro). Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento; e
- **Estágio 3:** Para operações consideradas com problemas de recuperação, o Banco Sicoob reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.
- **Limites de crédito:** ao estimar a perda esperada *Lifetime* (ao longo da vida do instrumento financeiro) para limites de crédito não utilizados, o Banco Sicoob estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida, sendo estimado o parâmetro de Fator de Conversão de Crédito (FCC).

f.3. Limites de cartão de crédito, cheque especial, conta garantida e garantias financeiras prestadas

Dentre os produtos do Banco Sicoob está incluída a concessão de limites de crédito através da emissão de cartões de crédito, cheque especial e conta garantida, onde o Banco possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O Banco Sicoob não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do Banco Sicoob em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência. Baseado na experiência passada e nas expectativas do Banco Sicoob, o período para o qual o Banco Sicoob calcula PE para esses produtos é de aproximadamente 24 meses.

Para garantias financeiras prestadas, o Banco Sicoob utiliza o prazo da operação.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

f.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco Sicoob utiliza uma série de informações macroeconômicas considerando o efeito de *forward looking* na projeção da perda esperada e, ainda, as características individuais de cada carteira ou devedor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

O Banco Sicoob realizou análises dos indicadores por tipo de pessoa, considerando os deslocamentos das séries históricas das variáveis macroeconômicas, em até 12 meses para trás (*lags*) e até 12 meses para frente (*leads*), na visão safra e data base e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Banco Sicoob considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

f.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*Low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Banco Sicoob utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Banco Sicoob pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Banco Sicoob considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3.

Não houve migração de estágios para ativos com baixo risco de crédito.

g. Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) e são registrados no grupo de "Investimentos". O resultado de equivalência é calculado com base no percentual de participação societária detida sobre o patrimônio líquido da controlada e/ou coligada. As perdas ou ganhos em participações societárias são registradas no resultado do período a que se referir, na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial". Os investimentos estão demonstrados conforme Nota 17.

h. Outros ativos

Estão demonstrados pelo valor do principal, líquidos da perda esperada, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

i. Imobilizado

Incluem os valores de edificações, terrenos, móveis, veículos, equipamentos de informática, de segurança e comunicação conforme Nota 18.

São mensurados pelo custo de aquisição menos a depreciação acumulada e eventuais perdas por redução no valor recuperável. O custo do imobilizado inclui itens diretamente atribuíveis à aquisição de um bem.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O cálculo da depreciação é efetuado pelo método linear com a utilização das taxas estimadas dos bens a que se referem. A depreciação é calculada a partir da disponibilidade do bem para uso. Os terrenos não são depreciados.

As taxas de imobilizado aplicadas no exercício corrente são as seguintes:

Item	Taxa ao ano
Edificações	1,67%
Instalações	10%
Móveis e equipamentos de uso	10%
Sistemas de comunicação e segurança	10%
Sistemas de processamento de dados (<i>hardware</i>) e transporte	20%

O Banco Sicoob avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do imobilizado possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. A avaliação dos imóveis é efetuada através de laudos preparados por empresas especializadas e independentes. Esta avaliação somente é efetuada se for identificada alguma evidência de alteração do bem.

Em caso de evidências ou indicação de recuperação do valor de um imobilizado, o Banco Sicoob reconhece a reversão da perda por não recuperação registrada em períodos anteriores e deve ajustar as despesas de depreciação futuras de acordo com o período da vida útil do bem. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não recuperação tivesse sido reconhecida. Para o Banco Sicoob são consideradas como evidências objetivas de perda, a obsolescência, a ociosidade ou o desgaste excedente à expectativa de tais itens.

Foi efetuado teste de recuperabilidade no ativo imobilizado e não foram identificadas perdas por redução no valor recuperável.

j. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são compostos das licenças de uso de softwares, do ágio adquirido em combinações de negócios, além do ágio alocado em marcas e patentes e carteiras de clientes. O ágio, marcas e patentes e carteira de clientes foram registrados tendo como base os valores demonstrados nos *PPAs – Purchase Price Allocation* quando da aquisição do Sicoob Consórcios e de participação na Sicoob Pagamentos. Os principais ativos intangíveis estão demonstrados na Nota 19.

j.1. Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os ativos intangíveis com vida útil definida compreendem softwares adquiridos de terceiros. São, ainda, avaliados anualmente com a finalidade de verificar a existência de perdas por redução ao valor recuperável.

Item	Vida útil	Taxa ao ano
Sistemas de processamento de dados (<i>software</i>)	5 anos	20%

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

k. Outros passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos. Estão demonstrados conforme Nota 21.

l. Compensação de ativos e passivos

A apresentação de ativos e passivos pelo valor líquido ocorre apenas quando há um direito legal de serem compensados numa base líquida. A menos que não haja a intenção de liquidá-los desta forma ou de realizar um ativo para liquidar um passivo, a apresentação é feita de forma separada.

m. Benefícios a empregados - Previdência complementar

O Banco Sicoob é patrocinador de plano de previdência dos seus funcionários, mantido na Fundação Sicoob de Previdência Privada - Sicoob Previ, constituída em novembro de 2006, entidade que proporciona aos seus participantes e dependentes benefícios de previdência complementar aos da previdência oficial básica na modalidade de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2022, o plano dos funcionários do Banco Sicoob e empresas controladas na Sicoob Previ contava com 1.620 participantes ativos (2021 – 1.156), cuja contribuição totalizou R\$ 8.083 (2021 – R\$ 5.671).

n. Participação nos lucros e resultados

O Banco Sicoob reconhece como passivo, os valores correspondentes à participação dos funcionários e administradores nos lucros e resultados. Os cálculos são efetuados com base nas informações obtidas do acordo/convenção sindical. Tais valores estão demonstrados conforme Nota 8.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas no balanço atendendo a uma obrigação legal do Banco Sicoob ou são constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. A composição dos passivos contingentes está demonstrada conforme Nota 23.

Os passivos contingentes são monitorados e revisados periodicamente pela Administração com vistas a obter as melhores informações disponíveis quanto aos eventos que os geraram e os possíveis desfechos de modo que o valor das perdas seja ajustado com base nas melhores estimativas conforme Nota 23.

O Banco Sicoob reconhece contabilmente uma provisão quando se avalia a probabilidade de perda como provável e quando o montante da obrigação pode ser estimado com suficiente segurança. As situações em que o Banco Sicoob avaliar que a chance de perda é classificada como possível serão apenas divulgadas em notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como remotas não serão provisionadas nem divulgadas.

Ativos e passivos contingentes - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e das contingências passivas são efetuados de acordo com a IAS 37, por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são apenas divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis.
- **Causas judiciais** - São reconhecidos contabilmente, baseados na opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade das ações, quando for considerado

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

provável o risco de perda de uma ação judicial, gerando uma saída de recursos para a liquidação, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas nas notas explicativas, quando individualmente relevantes.

- **Obrigações legais** - São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais o Banco Sicoob tem por diretriz reconhecê-las contabilmente.

p. Tributos sobre a renda

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% até fevereiro e 20% a partir de março (conforme previsão legal da Emenda Constitucional nº 103/19), tendo por base de cálculo o lucro real na forma dos dispositivos legais vigentes.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados com base nas mesmas alíquotas descritas acima. Ambos os créditos tributários são reconhecidos considerando-se a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, em um prazo de até dez anos, conforme a Resolução CMN nº 4.842/20. A referida expectativa de geração de lucros tributáveis futuros está fundamentada em estudo técnico elaborado pela Administração, atualizado semestralmente.

q. Distribuição de dividendos

Conforme previsão estatutária, o Banco Sicoob distribui dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, calculados pela aplicação do percentual de 5% sobre o lucro líquido ajustado do período, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, conforme Cosif. Em razão disso, não são distribuídos dividendos tendo como base o lucro líquido apurado nas demonstrações contábeis consolidadas em IFRS.

Os valores apurados decorrentes da obrigação prevista no estatuto são reconhecidos no passivo no período a que se referem.

Dividendos propostos acima do mínimo previsto são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido e são pagos apenas depois de autorizados pela assembleia (Nota 24(d)).

Nota 5 - Receitas líquidas com juros

Receitas e despesas com juros	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao custo amortizado e ao valor justo no resultado			
Empréstimos e recebíveis de clientes		5.259.499	1.483.536
Aplicações em operações compromissadas		2.071.729	894.922
Aplicações interfinanceiras de liquidez		27.161	32.219
Letras financeiras do Tesouro		919.587	833.849
Letras financeiras		3.618	29.517
Depósitos compulsórios no Banco Central		160.637	55.304
Outros		107.630	62.853
Total		8.549.861	3.392.200
Despesas com juros			
Depósitos de poupança		(837.992)	(313.313)
Depósitos interfinanceiros		(6.261.952)	(1.876.723)
Depósitos a prazo		(290.571)	(69.318)
Obrigações por operações compromissadas		(199.168)	(124.909)
Obrigações por empréstimos e repasses		(184.802)	(159.796)
Letras de crédito do agronegócio		(8.990)	(1.479)
Outras despesas de juros		(19.501)	(24.884)
Total		(7.802.976)	(2.570.422)
Receita líquida com juros		746.886	821.778

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Nota 6 - Receitas líquidas de tarifas e comissões

Receitas e despesas de tarifas e comissões	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de tarifas e comissões			
Convênio Sicoob	(a)	10.614	9.988
Rendas de serviços bancários		23.557	21.083
Rendas de serviços prestados de fundos		3.361	2.629
Rendas de administração de fundos		15.138	11.698
Rendas de administração de consórcios	(b)	203.936	315.045
Rendas de serviços com cartão de crédito	(c)	1.034.015	769.112
Rendas por antecipações de obrigações de transações de pagamento		482.978	339.012
Rendas de recebimento de concessionárias	(d)	120.848	108.358
Rendas de tarifas bancárias		118	123
Rendas com serviços de aquisição		10.767	8.671
Outras receitas		110.222	128.188
Total		2.015.554	1.713.907
Despesas de tarifas e comissões			
Comissões	(e)	(344.736)	(514.355)
Outras despesas	(6)	(6)	(6)
Total		(344.742)	(514.361)
Receitas líquidas de tarifas e comissões		1.670.812	1.199.546

(a) Refere-se à prestação de serviços ao Sicoob relacionados ao processamento da COMPE, bloquitos de cobrança, microfilmagem de cheques, emissão de talonário, dentre outras.

(b) Referem-se às rendas de administração de consórcios.

(c) Referem-se, dentre outros, aos serviços de intercâmbio, saques, cheque eletrônico, anuidade, etc., de cartões e serviços de administração de cartões de crédito.

(d) Referem-se às tarifas sobre serviços de arrecadação de concessionárias públicas.

(e) Referem-se preponderantemente às despesas de comissão pela venda de produtos e serviços (crédito, cartão, consórcio, dentre outros) repassados às cooperativas do Sicoob.

Nota 7 - Outras receitas e outras despesas operacionais

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas operacionais			
Recuperação de encargos e despesas		11.849	9.230
Receitas de cartões de crédito		88.118	119.061
Adquirência		241.096	250.637
Outras		100.622	20.761
Total		441.685	399.689
Outras despesas operacionais			
Despesas serviços associados às transações de pagamento		(453.305)	(219.231)
Adquirência		(301.211)	(345.410)
Outras		(164.227)	(234.841)
Total		(918.743)	(799.482)
Outras receitas (despesas) operacionais		(477.058)	(399.793)

Nota 8 - Despesas com pessoal

Despesas	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Honorários pagos a diretores e conselheiros		20.364	20.014
Proventos	(a)	139.340	110.998
Encargos sociais	(b)	60.505	49.073
Benefícios	(c)	57.943	45.844
Treinamentos		2.868	976
Remuneração a estagiários		1.489	1.344
Participação dos empregados nos lucros		23.464	18.041
Total		305.973	246.290

(a) Referem-se, principalmente, a salários, horas extras e provisões para 13º salário e férias.

(b) Referem-se, principalmente, às provisões de INSS e FGTS de funcionários.

(c) Referem-se, principalmente, aos benefícios de assistência médica, vale-transporte, vales-refeições e previdência complementar pagos a empregados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Nota 9 - Outras despesas administrativas

Despesas	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de água, energia, gás, manutenção e conservação	479	1.174
Comunicação	53.756	43.799
Material	457	1.729
Processamento de dados	48.641	37.079
Propaganda e publicidade	229.549	161.156
Serviços do sistema financeiro	40.912	38.605
Serviços de terceiros	99.945	286.661
Serviços técnicos especializados	26.720	21.430
Viagens	4.142	283
Promoções e relações públicas	77.638	60.835
Outras despesas administrativas	29.006	5.236
Total	611.245	657.987

Nota 10 - Composição do caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa estão constituídos por:

Componentes	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades		25.794	39.892
Disponibilidades e reservas no Banco Central		25.794	39.892
Equivalentes de caixa		13.956.721	8.411.752
Aplicações interfinanceiras de liquidez (até 90 dias)	(a)	13.956.721	8.411.752
Total		13.982.515	8.451.644

(a) Os equivalentes de caixa são aplicações que possuem vencimento de até 90 dias a partir da data de aquisição do instrumento financeiro e são remunerados pelo IPCA, CDI, Selic e taxas prefixadas.

Nota 11 - Depósitos compulsórios no Banco Central

Componentes	31/12/2022	31/12/2021
Pagamentos Instantâneos	116.450	229.323
Reservas Compulsórias em espécie	3.117	4.896
Recolhimentos obrigatórios	2.247.693	1.939.033
Total	2.367.260	2.173.252

Nota 12 - Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Composição de empréstimos e recebíveis de clientes

Grupos de empréstimos e recebíveis	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Repasses interfinanceiros		27.702.023	20.064.697
Repasse interfinanceiros		27.702.023	20.064.697
Operações de crédito		10.918.700	8.697.727
Empréstimos e títulos descontados		4.623.113	3.700.305
Financiamentos		1.347.303	1.165.222
Financiamentos rurais e agroindustriais		4.043.355	3.118.815
Financiamentos imobiliários		904.929	713.385
Outros recebíveis		10.167.039	7.791.240
Cartão de crédito e outros créditos		10.167.039	7.791.240
Subtotal		48.787.762	36.553.664
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em empréstimos e recebíveis	(a)	(488.064)	(272.608)
Total		48.299.698	36.281.056
Circulante		30.634.013	13.898.103
Não circulante		17.665.685	22.382.953

(a) Inclui a provisão para perdas esperadas de crédito com limites de crédito concedidos e não utilizados.

Os totais acima representam a exposição máxima ao risco de crédito para o grupo de empréstimos e recebíveis de clientes.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

b. Composição dos empréstimos e recebíveis por setor de atividade e prazo de vencimento

Setores de atividade	Vencidas			A vencer				2022	2021
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos			
Rural	-	121.468	549.180	1.259.420	1.058.697	1.054.590	-	4.043.355	3.118.815
Intermediários financeiros	-	2.515.827	15.205.025	6.420.413	2.086.744	1.474.014	-	27.702.023	20.064.697
Pessoas físicas	85.831	1.419.627	6.638.367	1.237.435	675.782	355.276	-	10.412.318	8.668.626
Outros serviços	49.291	906.783	3.473.899	936.509	317.251	39.641	1.762	5.725.136	4.701.526
Habitação	1.000	13.370	27.644	73.821	73.118	344.241	371.736	904.930	-
Total	136.122	4.977.075	25.894.115	9.927.598	4.211.592	3.267.762	373.498	48.787.762	36.553.664

c. Concentração dos empréstimos e recebíveis de clientes

c.1. Repasses interfinanceiros

Segmentação	2022	%	2021	%
10 maiores devedores	8.856.011	31,97	6.738.805	33,59
50 maiores seguintes	12.187.630	43,99	8.302.858	41,37
100 devedores seguinte	6.060.869	21,88	4.474.545	22,30
Demais	597.513	2,16	548.489	2,74
Total	27.702.023	100,00	20.064.697	100,00

c.2. Operações de crédito

Segmentação	2022	%	2021	%
10 maiores devedores	654.371	5,99	706.632	8,07
50 maiores seguintes	662.379	6,06	718.696	8,21
100 devedores seguinte	446.284	4,08	360.801	4,12
Demais	9.155.666	83,87	6.968.704	79,60
Total	10.918.700	100,00	8.754.833	100,00

c.3. Garantias associadas aos empréstimos e recebíveis

Modalidade	2022		2021	
	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia	Exposição máxima	Efeito financeiro da garantia
Empréstimos e títulos descontados	4.623.113	2.034.931	3.700.305	1.977.438
Financiamentos	1.347.303	1.045.009	1.165.222	993.033
Repasses interfinanceiros e financiamentos rurais e agroindustriais	31.745.378	45.568.639	23.183.512	33.866.935
Financiamentos imobiliários	904.929	1.037.879	713.385	1.265.618
Cartão de crédito e outros créditos	10.167.039	-	7.791.240	-
Total	48.787.762	49.686.458	36.553.664	38.103.024

Os valores relativos ao efeito financeiro das garantias correspondem aos valores nominais destas, na data da contratação das operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

d. Composição dos títulos e valores mobiliários por tipo e prazo de vencimento –

Os ativos financeiros ao custo amortizado apresentam o seguinte perfil por tipo e faixa de vencimento:

Ativos financeiros ao custo amortizado	Prazos de vencimento						2022		2021		Ganho (perda) não realizado	
	Sem vencimento	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	Acima de 1 ano	Valor de Curva	Valor Justo	Valor de Curva	Valor Justo		
Títulos e valores mobiliários	-	-	595.648	-	815.125	27.650.597	29.061.370	29.042.030	19.340	21.885.171	21.805.729	79.891
I - Carteira própria	-	-	595.648	-	779.134	15.966.065	17.340.847	17.332.248	8.599	11.788.668	11.735.860	52.808
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	326	326	327	(1)	368	368	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	595.648	-	779.134	15.965.739	17.340.521	17.331.921	8.600	11.552.195	11.499.334	52.861
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	-	-	-	-	-	236.105	236.158	(53)
II - Carteira vinculada a recompra	-	-	-	-	-	4.734.762	4.734.762	4.728.606	6.157	2.046.984	2.034.027	12.957
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	4.734.762	4.734.762	4.728.606	6.157	2.046.984	2.034.027	12.957
III - Vinculados a prestação de garantias	-	-	-	-	35.991	6.949.770	6.985.761	6.981.176	4.585	8.049.518	8.035.392	14.126
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	35.991	6.949.770	6.985.761	6.981.176	4.585	8.049.518	8.035.392	14.126
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	31.101	143.599	1.003.321	130.513	1.308.534	1.308.534	-	750.581	750.581	-
Certificados de depósitos interfinanceiros (CDI)	-	-	31.101	143.599	1.003.321	130.513	1.308.534	1.308.534	-	750.581	750.581	-
(-) Provisão para perdas esperadas de crédito em títulos públicos e privados	-	-	-	-	-	-	(3.873)	(3.873)	-	(5.569)	(5.569)	-
Total líquido	-	-	626.749	143.599	1.818.446	27.781.110	30.366.031	30.346.691	19.340	22.630.183	22.550.291	79.891

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco Sicoob possuía títulos vinculados à prestação de garantias no valor de R\$ 6.981.176 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 8.035.392), sendo principalmente:

- R\$ 3.573.486 (31/12/2021 - R\$ 3.986.022) referentes a valores fornecidos em garantia de captações de recursos de crédito.
- R\$ 3.332.848 (31/12/2021 - R\$ 3.982.980) referentes a valores requeridos como garantia das operações de cartões.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

e. Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado por estágio

A seguir, é apresentada a composição dos empréstimos e recebíveis de clientes, títulos e valores mobiliários e adquirência, segregados pelos estágios de classificação da IFRS 9:

e.1. Estágio 1

Carteiras	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e recebíveis de clientes	46.627.403	35.184.183
Repasse interfinanceiros	27.702.023	20.064.697
Empréstimos e títulos descontados	3.715.349	3.149.949
Financiamentos	1.097.861	976.164
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.921.729	3.008.244
Financiamentos imobiliários	780.850	688.901
Cartão de crédito e outros créditos	9.409.591	7.296.228
Títulos e valores mobiliários	13.986.108	13.693.716
Títulos públicos	12.697.982	12.707.030
Títulos privados	1.288.126	986.686
Outros recebíveis	4.493.925	4.813.548
Adquirência	4.493.925	4.813.548
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 1	65.107.436	53.691.447

e.2. Estágio 2

Carteiras	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	876.479	522.161
Financiamentos	187.742	144.736
Financiamentos rurais e agroindustriais	112.683	103.419
Financiamentos imobiliários	106.705	21.012
Cartão de crédito e outros créditos	688.119	450.321
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 2	1.971.728	1.241.649

e.3. Estágio 3

Carteiras	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	45.959	28.196
Financiamentos	61.699	44.323
Financiamentos rurais e agroindustriais	8.943	7.151
Financiamentos imobiliários	17.374	3.475
Cartão de crédito e outros créditos	69.330	44.690
Total dos ativos financeiros classificados no estágio 3	203.305	127.835

f. Movimentação dos saldos dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

f.1. Empréstimos e recebíveis de clientes

Migração de estágios	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	31/12/2022 Total	31/12/2021 Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	35.184.181	1.241.648	127.835	36.553.664	24.610.715
Transferidos para o Estágio 1	-	(242.859)	(15.081)	(257.940)	(203.278)
Transferidos para o Estágio 2	(646.050)	-	(17.055)	(663.105)	(459.086)
Transferidos para o Estágio 3	(71.061)	(26.372)	-	(97.433)	(74.069)
Oriundos do Estágio 1	-	646.050	71.061	717.111	487.643
Oriundos do Estágio 2	242.859	-	26.372	269.231	206.141
Oriundos do Estágio 3	15.080	17.056	-	32.136	42.649
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	11.902.394	336.205	10.173	12.248.772	11.942.949
Total movimentado no exercício	11.443.222	730.080	75.470	12.248.772	11.942.949
Total geral	46.627.403	1.971.728	203.305	48.802.436	36.553.664
Sem migração de estágio	22.248.970	649.281	58.486	22.956.737	15.572.320

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

f.2. Títulos e valores mobiliários e adquirência

Os saldos de títulos e valores mobiliários e de adquirência não migraram entre estágios, permanecendo no estágio 1.

g. Valor justo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Na tabela a seguir estão apresentados os valores justos estimados dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:

Ativos financeiros	31/12/2022			31/12/2021		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e recebíveis de clientes	-	48.636.877	-	-	36.391.512	-
Títulos públicos	29.117.284	-	-	21.618.671	-	-
Títulos privados	-	1.078.358	-	-	412.840	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	1.308.777	-	-	751.510	-
Total	29.117.284	51.024.012	-	21.618.671	37.555.862	-

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

h. Modificação nos fluxos de caixas contratuais

Os créditos renegociados totalizam R\$ 519,21 milhões no ano (31/12/2021 - R\$ 246,90 milhões) e decorrem de operações de crédito consignado, crédito rural e empréstimos, que correspondem à contratos renegociados por força normativa e por inadimplência.

Destacamos que o valor R\$ 397,29 milhões refere-se às renegociações de crédito consignado, R\$ 5,03 milhões corresponde às operações de crédito rural que foram renegociadas pelas Resoluções nº 4.782/2020 e 4.801/2020 devido pandemia provocada pela Covid-19 e o valor de R\$ 116,21 milhões decorre das operações de Crédito Rural que foram renegociadas por força de normas emitidas pelo CMN.

i. Recuperação de crédito de ativos financeiros baixados como prejuízo

A recuperação de créditos baixados como prejuízo no exercício de 2022 totalizou R\$ 4.707 (31/12/2021 - R\$ 5.497).

Nota 13 - Provisões para perdas esperadas de crédito em ativos financeiros

As provisões para perdas esperadas de crédito para ativos financeiros são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas esperadas de crédito". A seguir estão apresentadas as perdas esperadas de crédito segregadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no período.

a. Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/12/2022			31/12/2021	
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
I - Empréstimos e recebíveis de clientes	362.089	58.106	60.936	481.131	267.608
Repasse interfinanceiros	291.309	-	-	291.309	135.723
Empréstimos e títulos descontados	51.180	42.816	28.747	122.743	78.453
Financiamentos	6.610	7.196	24.512	38.318	32.042
Financiamentos rurais e agroindustriais	186	202	274	662	654
Financiamentos imobiliários	1.618	3.743	5.212	10.573	4.349
Cartão de crédito e outros créditos	11.186	4.149	2.191	17.526	16.387
II - Títulos e valores mobiliários	3.874	-	-	3.874	5.568
Títulos públicos	3.809	-	-	3.809	3.812
Títulos privados	65	-	-	65	1.756
III - Outros ativos	5.656	-	-	5.656	10.130
Adquirência	5.656	-	-	5.656	10.130

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Total geral	371.619	58.106	60.936	490.661	283.306
-------------	---------	--------	--------	---------	---------

As provisões para perdas de crédito esperadas foram reconhecidas na rubrica "Provisão para perdas esperadas de crédito", dentro do grupo de empréstimos e recebíveis de clientes, conforme Nota 12(a).

b. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Migração de estágios				31/12/2022	31/12/2021
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	192.005	34.222	41.383	267.610	195.379
Movimentos com impacto no resultado					
Transferidos para o Estágio 1	-	(4.218)	(1.372)	(5.590)	(4.214)
Transferidos para o Estágio 2	(3.587)	-	(3.277)	(6.864)	(9.195)
Transferidos para o Estágio 3	(747)	(1.448)	-	(2.195)	(1.010)
Oriundos do Estágio 1	-	3.587	747	4.334	2.543
Oriundos do Estágio 2	4.218	-	1.448	5.666	3.217
Oriundos do Estágio 3	1.372	3.277	-	4.649	8.659
Ativos originados/liquidados/amortizados ou baixados para prejuízo	168.828	22.686	22.007	213.521	72.231
Total com movimento no resultado	170.084	23.884	19.553	213.521	72.231
Total	362.089	58.106	60.936	481.131	267.610
Sem migração de estágio	110.793	20.624	15.539	146.956	91.982

c. Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas para os limites de crédito concedidos e não utilizados

Migração de estágios				31/12/2022	31/12/2021
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.381	948	674	5.003	2.670
Movimentos com impacto no resultado					
Transferidos para o Estágio 1	-	-194	-91	-285	(215)
Transferidos para o Estágio 2	-199	-	-81	-280	(198)
Transferidos para o Estágio 3	-24	-27	-	-51	(30)
Oriundos do Estágio 1	-	199	24	223	162
Oriundos do Estágio 2	194	-	27	221	173
Oriundos do Estágio 3	91	81	-	172	108
Ativos originados	713	603	614	1.930	2.333
Total com movimento no resultado	775	662	493	1.930	2.333
Total	4.156	1.610	1.167	6.933	5.003
Sem migração de estágio	2.876	649	454	3.979	1.982

Nota 14 - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

a. Composição por título e prazo de vencimento

Ativos financeiros	Prazo de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
CPR/CPRF	Até 1 mês	314	-
CPR/CPRF	De 1 a 3 meses	5.631	-
CPR/CPRF	De 3 a 6 meses	74.320	8.727
CPR/CPRF	De 6 a 12 meses	175.804	14.520
CPR/CPRF	Acima de 1 ano	661.541	156.943
Notas do Tesouro Nacional - NTN	Até 3 meses	33.996	26.720
Cotas de fundos de investimento	Sem vencimento	21.750	22.979
Outros	Sem vencimento	1.586	307
Total		974.942	410.386

Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR) não estão sujeitos à redução no valor recuperável, sendo assim, nenhuma provisão para perdas é constituída. O valor de R\$ 973.624 (31/12/2021 – R\$ 410.386) representa a exposição máxima ao risco de crédito para estes instrumentos.

O resultado líquido dos ativos financeiros ao valor no resultado (VJR) totalizou em 2022, R\$ 1.822 (31/12/2021 – -R\$ 359).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

b. Segregação por hierarquia de valor justo

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros				
CPR/CPRF	-	917.610	-	180.190
Notas do Tesouro Nacional – NTN	33.996	-	26.720	-
Cotas de fundos de investimento	-	21.750	-	22.979
Outros	-	1.586	-	-
Total	33.996	940.946	26.720	203.169

Nota 15 - Outros ativos

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos		
Rendas a receber de serviços prestados	160.142	40.957
Adiantamentos e antecipações salariais	7.275	6.123
Adiantamento por conta de imobilizações	2.606	115
Depósitos em garantias	20.125	17.677
Tributos a compensar	292.007	248.205
Pagamentos a ressarcir	74.546	79.234
Transações de pagamentos	4.433.029	4.813.548
Títulos e créditos a receber	37.387	30.258
Valores a receber	124.926	38.429
Câmbio	65	-
Outros	273.832	59.762
Subtotal	5.425.940	5.334.308
(-) Perdas de crédito esperadas em aquisição	(5.654)	(10.130)
Total	5.420.286	5.324.178

Nota 16 - Créditos tributários, imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido

a. Composição dos Créditos Tributários

Itens	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social (a)	Imposto de renda	Contribuição social (a)
Perdas esperadas em ativos financeiros	497.593	497.593	288.306	288.306
Taxa efetiva de juros	30.504	30.504	32.178	32.178
Passivos cíveis e trabalhistas	17.668	17.668	15.546	15.546
Participação nos resultados	19.646	19.646	15.614	15.614
Provisões campanha nacional de vendas	28.768	28.768	31.729	31.729
Programa de Incentivo - Crédito	33.442	33.442	109.761	109.761
Taxas de adm. Recebidas antecipadamente	62.917	62.917	-	-
Provisão com fraudes	129.388	129.388	-	-
Outras provisões	52.139	52.139	107.596	107.596
Montante	872.065	872.065	600.730	600.730
Alíquotas (a)	25%	20%/15%/9%	25%	20%/15%/9%
Créditos tributários constituídos	218.017	163.863	150.183	118.711

(a) Crédito tributário constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9% a depender da natureza jurídica das empresas consolidadas.

b. Composição dos Passivos Fiscais Diferidos

Composição	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Outros ajustes (custo atribuído e ágio em combinação de negócios)	60.837	60.836	61.480	61.480
Taxa de administração - inadimplentes	2.129	2.129	-	-
Despesas antecipadas – comissões diferidas	72.776	72.776	-	-
Montante	135.742	135.741	61.480	61.480
Alíquotas (a)	25%	20%/15%/9%	25%	20%
Passivo diferido tributário constituído	33.935	18.909	15.370	12.296

(a) passivo diferido tributário constituído às alíquotas de 20%, 15% e 9%, a depender da natureza jurídica das empresas consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

c. Movimentação

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Crédito tributário (ativo)	150.182	118.711	121.048	96.839
Imposto diferido (passivo)	(15.370)	(12.296)	16.789	11.168
Totais	134.812	106.415	137.837	108.007
Ajuste em resultado	64.478	50.707	28.953	21.763
Créditos tributários constituídos	359.060	275.986	253.605	200.993
Créditos tributários baixados	(260.647)	(206.371)	(224.692)	(179.262)
Movimentação passivo diferido	(33.935)	(18.908)	40	32
Movimentação	64.478	50.707	28.953	21.763
Saldo em 31 de dezembro de 2022				
Crédito tributário (ativo)	218.016	163.863	150.182	118.711
Imposto diferido (passivo)	(18.727)	(6.741)	16.608	11.059
Totais	199.289	157.122	166.790	129.770

d. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo realizado pela administração, considerando-se a expectativa de geração de resultados tributáveis, a realização do crédito tributário se dará em até 5 anos, assim distribuídos:

Anos	Valor nominal
2023	115.947
2024	47.321
2025	51.158
2026	33.204
2027	38.371
2028 a 2032	95.879
Total de créditos tributários	381.880

e. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Conciliação	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	622.535	622.535	423.781	423.781
Resultado de participações em controladas	(96.378)	(96.378)	(21.335)	(21.335)
Participação nos lucros e resultados	(23.464)	(23.464)	(18.041)	(18.041)
Base de cálculo	502.693	502.693	364.405	364.405
Alíquota de tributação	25%	(a)	25%	(a)
Efeito tributário sobre diferenças temporárias	61.409	45.948	96.101	79.055
Efeitos tributários sobre diferenças permanentes	2.809	2.147	12.583	11.003
	64.218	48.095	108.684	90.058
Prejuízo fiscal/Base negativa a compensar	-	-	(3)	(1)
PAT	(4.039)	-	(3.244)	-
Patrocínio Incentivados	(3.476)	-	(2.603)	-
Doações - Fundo Nacional do Idoso/Fundo Criança e Adolescente	(1.472)	-	(1.041)	-
Prorrogação licença maternidade/paternidade	(500)	-	(375)	-
			(7.266)	(1)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	180.404	136.922	128.023	110.382
Total de imposto de renda e contribuição social a pagar	180.404	136.922	128.023	110.382

(a) as alíquotas da Contribuição Social variaram entre 9%, 15%, 16%, 20% e 21% a depender do período do exercício e da natureza jurídica das empresas

As alíquotas efetivas de IR e CS em 2022 foram de 29% e 22% respectivamente (30% e 26% em 2021).

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Nota 17 - Investimentos

Empresas	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Investimento	Resultado de equivalência	Investimento	Resultado de equivalência
Sicoob Seguradora	(a)	137.916	96.378	107.615	21.335
Outros investimentos	(b)	33.405	-	35.636	-
Outros		2.318	-	2.318	-
Total		173.639	96.378	145.569	21.335

(a) Investimento mantido pela Sicoob PAR Seguridade S/A na Sicoob Seguradora.

(b) Imóvel para investimento mantido por fundo imobiliário.

Nota 18 - Imobilizado

Movimentação	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.444	96.886	7.379	13.611	611	129.931
Aquisição	-	-	8	14.905	97	15.010
Alienação/transferência	-	-	-	-	-	-
Depreciação/transferência	-	(5.917)	(1.134)	(7.238)	(150)	(14.439)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.444	93.732	6.253	21.278	558	133.265
Custo total	11.444	122.656	14.833	56.318	1.489	206.740
Depreciação acumulada	-	(28.924)	(8.580)	(35.040)	(931)	(73.475)
Valor residual	11.444	93.732	6.253	21.278	558	133.265
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.444	93.732	6.253	21.278	558	133.265
Aquisição	-	-	2.874	88.527	461	91.862
Alienação/transferência	-	(84)	(21)	(7)	(25)	(137)
Depreciação/transferência	-	(2.793)	(1.087)	(17.064)	(157)	(21.101)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.444	90.855	8.019	92.734	837	203.889
Custo total	11.444	122.572	17.686	144.838	1.925	298.465
Depreciação acumulada	-	(31.717)	(9.667)	(52.104)	(1.088)	(94.576)
Valor residual	11.444	90.855	8.019	92.734	837	203.889
Total	11.444	90.855	8.019	92.734	837	203.889
Taxas anuais de depreciação %		1,67%	10%	20%	10%	-

Nota 19 - Intangível

a. Softwares e direitos de uso de arrendamentos

Movimentação	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.135
Aquisição	9.288
Alienação	-
Amortização	(4.280)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.143
Custo total	39.298
Amortização acumulada	(26.155)
Valor residual	13.143
Saldos em 31 de dezembro de 2021	13.143
Aquisição	8.913
Direitos de uso de arrendamentos (a)	33.749
Alienação	-
Amortização	(10.631)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.174
Custo total	81.960
Amortização acumulada	(36.786)
Valor residual	45.174
Taxas anuais de amortização %	20%

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

(a) Em atendimento à IFRS 16 - Arrendamentos, a consolidadora registrou em 2022, os valores decorrentes dos direitos de uso de softwares e de aluguéis de todas as empresas do consolidado em contrapartida a uma conta específica do passivo. A amortização destes itens totalizou R\$ 5.405 em 2022.

b. Ágio em combinações de negócios e teste de impairment

Os ágios gerados nas combinações de negócios envolvendo o "Sicoob Consórcios" e a "Sicoob Pagamentos" foram reconhecidos levando-se em conta a avaliação do valor justo para os ativos identificáveis e para os passivos assumidos na data-base da aquisição do controle.

O teste de *impairment* foi efetuado para os ágios registrados contabilmente em 2022, no valor de R\$ 3.090 (31/12/2021 – R\$ 3.090), relativo à aquisição do controle do "Sicoob Consórcios" e de R\$ 21.347 (31/12/2021 – R\$ 21.347), relativo à aquisição do controle do Sicoob Pagamentos ocorrida em 2015.

Para determinar se houve perda no valor recuperável, o valor contábil do ágio reconhecido em ambas as combinações de negócio foi comparado com o valor presente de fluxos de caixa e, ainda, com projeções orçamentárias. O resultado do teste de *impairment* não apresentou necessidade de contabilização de perdas no ágio registrado nas demonstrações contábeis.

Nota 20 - Passivos financeiros ao custo amortizado

a. Depósitos

Depósitos	Sem vencimento	Prazo de vencimento					31/12/2022	31/12/2021
		Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
À vista	181.244	-	-	-	-	-	181.244	147.575
De poupança	11.969.195	-	-	-	-	-	11.969.195	11.582.945
Interfinanceiros	-	6.374.518	5.089.977	2.941.960	29.513.805	10.407.065	54.327.325	36.155.776
Interfinanceiros rurais	-	321.040	957.615	337.205	3.610.960	320.061	5.546.881	5.903.367
A prazo	-	44.305	3.141.252	89.874	48.022	576.998	3.900.451	2.759.240
Total	12.150.439	6.739.863	9.188.844	3.369.039	33.172.787	11.304.124	75.925.096	56.548.903

b. Obrigações por operações compromissadas

Carteiras	Prazo de vencimento					31/12/2022	31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
Própria	2.236.610	1.132.297	93.882	1.252.912	-	4.715.701	2.026.413
Total	2.236.610	1.132.297	93.882	1.252.912	-	4.715.701	2.026.413
Circulante	2.236.610	1.132.297	93.882	1.252.912	-	4.715.701	2.026.413
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-

c. Letras de crédito do agronegócio - LCAs

	Prazo de vencimento					31/12/2022	31/12/2021
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Acima de 1 ano		
LCA-Pós	29.108	96.510	6.106	10.446	88.170	230.340	34.681
Total	29.108	96.510	6.106	10.446	88.170	230.340	34.681
Circulante	29.108	96.510	6.106	10.446	-	142.170	13.086
Não circulante	-	-	-	-	88.170	88.170	21.595

As letras de crédito do agronegócio (LCAs) estão lastreadas por operações de cédula de produtor rural (CPR) emitidas com taxas pré ou pós-fixadas.

d. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por repasses de instituições do País estão representadas por recursos obtidos por meio do BNDES/Finame, Tesouro Nacional, Banco do Brasil e Funcafé, com vencimento até 2042 e com encargos financeiros de até 16,67 % a.a.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Repasses	Nota	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2022	31/12/2021
BNDES		99.720	380.026	807.632	679.154	751.029	1.247	2.718.808	2.421.872
Banco do Brasil/FCO		16.140	42.803	189.874	210.741	175.710	-	635.268	212.856
Banco da Amazônia/FNO		-	2.168	108.399	-	-	-	110.567	141
Finame		42.530	228.438	421.282	300.057	120.039	-	1.112.346	874.316
Funcafé		144.570	372.364	37.124	14.483	4.482	-	573.023	366.317
Total		302.960	1.025.799	1.564.311	1.204.435	1.051.260	1.247	5.150.012	3.875.502
Circulante		302.960	1.025.799	-	-	-	-	1.328.759	993.949
Não circulante		-	-	1.564.311	1.204.435	1.051.260	1.247	3.821.253	2.881.553

e. Valor justo dos passivos financeiros ao custo amortizado

Passivos financeiros	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Depósitos	75.690.530	75.925.096	56.535.248	56.548.903
Obrigações por operações compromissadas	4.714.251	4.715.701	2.027.152	2.026.413
Letras de crédito do agronegócio	227.756	230.340	34.296	34.681
Obrigações por empréstimos e repasses	5.150.012	5.150.012	3.875.502	3.875.502
Total	85.782.549	86.021.149	62.472.198	62.485.499

Nota 21 - Outros passivos

Passivos	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Recursos em trânsito de terceiros		29.030	27.430
Adquirência	(a)	11.208.808	9.262.962
Valores a pagar de despesas administrativas		395.174	353.094
Obrigações de cartão de crédito	(b)	237.038	155.898
Valores a pagar <i>Del Credere</i>	(c)	49.511	41.730
Obrigações com convênios oficiais - INSS		36.544	29.445
Valores a pagar arrecadação		7.557	8.694
Sociais e estatutárias		25.463	6.020
Impostos e contribuições sobre salários		7.358	8.066
Obrigações por recursos de consorciados	(d)	1.591	29.596
Obrigações por cotas de fundos de investimento		16.739	9.066
Outras		603.805	450.060
Total		12.618.618	10.382.060
Circulante		12.190.663	9.468.171
Não circulante		427.955	913.889

(a) Referem-se aos valores a pagar decorrentes de transações de pagamentos - adquirência.

(b) Corresponde às obrigações assumidas com a bandeira Mastercard e lojistas da rede Cabal, pelas transações efetuadas pelos portadores de cartão.

(c) Refere-se ao pagamento às cooperativas pela liquidação de parcelas de operações do BNDES e Funcafé no valor de 50% do *spread* recebido pelo Banco dos órgãos oficiais.

(d) Referem-se aos valores dos recursos dos grupos encerrados não procurados pelos consorciados.

Nota 22 - Garantias financeiras prestadas

As garantias concedidas, mediante encargos financeiros, relativas a avais e fianças totalizam, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 11.490 (31/12/2021 - R\$ 18.150).

Nota 23 - Passivos, contingências e obrigações legais

As ações judiciais e administrativas fiscais nas quais o Banco Sicoob é parte são classificadas pelos advogados externos e internos. A opinião jurídica leva em conta a natureza jurídica da causa, sua especificidade e a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passivas obedecem a Resolução CMN 3.823/2009, conforme resumimos a seguir:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

A provisão é reconhecida somente quando: **(a)** o Banco Sicoob tem uma obrigação legal ou não formalizada, presente, como consequência de um evento passado; **(b)** é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e **(c)** o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança. Se qualquer uma dessas condições não for atendida, a provisão não é reconhecida.

Com base nessas premissas, quando for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, o Banco Sicoob reconhece uma provisão e, quando não for provável que uma obrigação presente exista na data do balanço, a Instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

A administração do Banco Sicoob entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais, conforme demonstrado a seguir:

a. Obrigações legais classificadas como “risco de perda provável”

As obrigações legais classificadas como risco de perda provável e que puderam ter os valores estimados com suficiente segurança, são provisionadas e estão apresentadas por natureza no quadro a seguir, com as respectivas movimentações ocorridas no exercício. Os depósitos judiciais estão registrados no grupo “Outros ativos”, conforme Nota 15.

a.1. Composição dos saldos patrimoniais

Causas	31/12/2022		31/12/2021	
	Depósitos Judiciais	Provisões	Depósitos Judiciais	Provisões
Fiscais	9.912	2	6.762	-
Trabalhistas	759	1.325	1.240	1.310
Cíveis	10.217	16.815	9.675	14.621
Total	20.888	18.142	17.677	15.931

a.2. Movimentação das provisões para causas judiciais

	31/12/2022			31/12/2021	
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	2	1.310	14.619	15.931	14.979
Constituições no exercício	-	1.456	4.337	5.793	4.547
Utilizações no exercício	-	(624)	(977)	(1.601)	(1.859)
Reversões no exercício	-	(816)	(1.164)	(1.981)	(1.736)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	2	1.326	16.815	18.142	15.931

a.3. Natureza das ações classificadas como “risco de perda provável”

- Fiscais** - referem-se aos depósitos judiciais de contribuições previdenciárias.
- Trabalhistas** - referem-se, basicamente, a jornada extraordinária além da 6ª hora.
- Cíveis** - referem-se, basicamente, a cláusulas contratuais, inscrição em cadastro de proteção ao crédito e danos morais.

b. Contingências classificadas como “risco de perda possível”

As ações classificadas como risco de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas, quando o valor envolvido for relevante. Nesta classificação estão as seguintes contingências: **(i)** ações cíveis que discutem a solidariedade do Banco Sicoob quanto a depósitos feitos em cooperativas; **(ii)** ação cível que discute a responsabilidade indenizatória do Banco Sicoob por erro cometido por cooperativa; **(iii)** ações de natureza trabalhista; **(iv)** ações administrativas, fiscais e previdenciárias (FAP, Bolsa de Estudos e PIS); **(v)** ação anulatória de lançamento fiscal ajuizada pelo Banco. O auto de infração que se pretende desconstituir através da ação anulatória, refere-se ao valor

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

deduzido pelo Banco Sicoob em 2008 na base de cálculo de tributos. A dedução decorreu da natureza indenizatória do valor pago pelo Banco Sicoob, conforme deliberação da AGE, em decorrência de falha na prestação de serviço de responsabilidade do banco.

Devido às incertezas na apuração de eventual valor econômico envolvido em uma possível condenação e atual estágio das causas classificadas como perdas possíveis, o valor do efeito financeiro divulgado pelo Banco Sicoob é o valor original de causa não atualizado.

c. Saldo dos passivos contingentes classificados como “risco de perda possível”

Causas	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas	34.037	19.361
Fiscais/Previdenciárias	184.049	165.495
Cíveis	340.288	260.469
Administrativas	2.438	-
Total	560.812	445.325

Nota 24 - Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social é composto atualmente por 1.334.159.277 (31/12/2021 – 1.120.742.225) ações, sendo 670.740.638 ações ordinárias (31/12/2021 – 563.446.485) e 663.418.639 ações preferenciais (31/12/2021 – 557.295.740), todas sem valor nominal.

As ações ordinárias conferem ao titular, o direito a voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem esta prerrogativa. No entanto, estas ações, após a destinação ao fundo de reserva legal, possuem, conforme previsão estatutária:

I - prioridade na distribuição de dividendos obrigatórios, não cumulativos, equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, conforme previsto no art. 34, II;

II - se a Assembleia Geral Ordinária deliberar pelo pagamento de dividendos, além do previsto no inciso I, prioridade na distribuição: a) de dividendos mínimos anuais, não cumulativos – até o limite de 105% da remuneração, no mesmo exercício social, do CDI, incidente sobre o capital social médio referente às ações preferenciais no mesmo exercício social –, dentro dos quais estarão incluídos os dividendos obrigatórios previstos no inciso I; ou b) do saldo remanescente, verificado após a distribuição dos dividendos obrigatórios, em igualdade de condições com as ações ordinárias;

III - direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, nas capitalizações de lucros e reservas do Banco, inclusive nos casos de valorização ou reavaliação do ativo imobilizado;

IV - preferência no reembolso do capital, até o valor de sua participação no capital social, por eventual liquidação do Banco, sendo, a seguir, reembolsadas as ações ordinárias até o valor de sua respectiva participação no capital social. O saldo restante do reembolso será distribuído em igualdade de condições entre as ações ordinárias e preferenciais;

V - no seu conjunto, direito de eleger um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, na forma do disposto no § 1º do Artigo 26 deste Estatuto.

b. Reserva de capital

O saldo de R\$ 858 (2021 - R\$ 51) refere-se ao ganho na alienação de ações em tesouraria.

c. Reserva de lucros

O estatuto do Banco Sicoob destina 5% do lucro líquido ajustado do período à formação de reserva de lucros. Foram destinados R\$ 23.518 (R\$ 11.046 em 31/12/2021).

Foi constituída a Reserva de Lucros – Outras, no valor de R\$ 424.501 (R\$ 199.373 em 31/12/2021), a ser destinada na próxima assembleia. Também foram constituídos dividendos obrigatórios não distribuídos, no valor de R\$ 22.342, os quais serão destinados quando autorizado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

d. Dividendos

O estatuto do Banco Sicoob assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 5% do lucro líquido ajustado do exercício. Foram deliberados dividendos no montante de R\$ 22.342, equivalentes a R\$ 16,75 por lote de mil ações (31/12/2021 - R\$ 10.494, equivalentes a R\$ 9,36 por lote de mil ações).

e. Ajustes de avaliação patrimonial

Representados pelo custo atribuído do imobilizado e pela reversão do ágio registrado em Bacen GAAP referente a compra de 19% de participação societária do Sicoob Pagamentos. Em 2022, o valor total dos ajustes de avaliação patrimonial era de R\$ -15.766 (31/12/2021 - R\$ -15.331).

f. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas minoritários nas empresas Sicoob Distribuidora de Valores Mobiliários Ltda. ("Sicoob DTVM"), Ponta Administradora de Consórcios Ltda. ("Sicoob Consórcios") e Sicoob Pagamentos. Em 2022, o total da participação dos acionistas não controladores era de R\$ 1.598 (2021 - R\$ 1.061).

Nota 25 - Transações com partes relacionadas

a. Cooperativas do Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das transações realizadas com as cooperativas do Sicoob:

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		27.692.143	34.518.676
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		27.660.832	34.502.103
Valores a receber		15.381	8.036
Despesas antecipadas - Comissão	(a)	15.930	8.537
Passivo		59.925.351	37.837.594
Depósitos		54.802.568	32.766.695
Operações compromissadas		3.638.464	2.693.060
Valores a pagar		1.484.319	2.377.839
Receitas		2.935.433	1.407.001
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		2.245.094	955.916
Outras receitas		690.339	451.085
Despesas		6.928.251	2.770.990
Captação		6.216.204	1.888.474
Outras despesas		712.047	882.516

(a) Comissões não qualificáveis para cômputo na taxa efetiva de juros.

b. Empresas controladas pelo Banco Sicoob

A seguir estão apresentados os saldos das subsidiárias do Banco Sicoob:

	Sicoob DTVM		Sicoob PAR		Sicoob Pagamentos		Sicoob Consórcios	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo	72	47	-	-	-	-	176	147
Valores a receber	72	47	-	-	-	-	176	147
Passivo	10.528	7.744	3.201	679	452.883	370.232	208.607	111.445
Depósitos à vista	1	4	2	23	290	285	1	8
Depósitos a prazo	10.527	7.740	3.199	656	417.309	342.864	208.606	111.437
Valores a pagar	-	-	-	-	35.284	27.083	-	-
Despesas	1.068	329	1.463	35	177.421	128.933	19.692	4.693
Despesas de captação	1.068	329	1.463	35	43.353	12.398	19.692	4.693
Despesas administrativas	-	-	-	-	134.068	116.535	-	-
Receitas	-	-	-	-	38.388	15.533	2.003	1.796

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Receitas diversas	-	-	-	-	38.388	15.533	2.003	1.796
-------------------	---	---	---	---	--------	--------	-------	-------

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. Nas assembleias gerais realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração máxima agregada para o Conselho de Administração e para a Diretoria Executiva.

A remuneração paga ou a pagar aos diretores e aos conselheiros está demonstrada a seguir:

Itens	31/12/2022	31/12/2021
Honorários	17.244	16.078
Encargos	5.153	5.605
Benefícios	4.312	4.088
Total	26.709	25.771

Nota 26 - Limites operacionais - acordo de Basileia

O patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial Banco Sicoob apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos. O índice de Basileia em dezembro de 2022 é de 14,48% (31/12/2021 – 13,48%).

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco Sicoob estão disponíveis no sítio da instituição www.bancoob.com.br.

Nota 27 - Outras informações

a. Seguros

O Banco Sicoob e as empresas consolidadas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza de sua atividade.

b. Participação nos lucros e resultados - PLR

O Banco Sicoob, o Sicoob DTVM e o Sicoob Pagamentos oferecem aos funcionários participação nos lucros (PLR), calculada conforme acordo coletivo de trabalho. No exercício de 2022, foram provisionados os valores de R\$ 23.464 (31/12/2021 – R\$ 18.041) apresentados no grupo “Despesas com pessoal”, conforme Nota 8.

Nota 28 - Gerenciamento de riscos financeiros

a. Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Sicoob, com base nas políticas, estratégias, processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A alocação de recursos, a definição de responsabilidades e de processos e a aplicação das melhores práticas de gerenciamento de riscos conferem maior transparência, eficácia e tempestividade às operações.

A estrutura de gerenciamento de riscos é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

Os riscos considerados relevantes e que fazem parte do gerenciamento integrado de riscos são:

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

- a) **Financeiros:** risco de crédito, risco de mercado, risco de variação das taxas de juros e risco de liquidez.
- b) **Não Financeiros:** risco operacional, riscos social, ambiental e climático, risco de imagem, risco de conformidade, risco de estratégia, gestão de continuidade de negócios (GCN) e prevenção à lavagem de dinheiro (PLD).

O Banco Sicoob adota mapa de interações entre riscos, publicado em manual específico, para indicar as correlações existentes entre os riscos.

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gestão de riscos na Instituição.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo, aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

Visando otimizar a delegação e coordenação de tarefas essenciais ao gerenciamento de riscos, o Banco Sicoob adota modelo de três linhas de defesa, com a seguinte caracterização:

- a) **1ª linha:** controles e gestão operacional aplicados pelas áreas que assumem riscos;
- b) **2ª linha:** áreas específicas para desempenho das atividades de controles internos, gerenciamento de riscos e conformidade, de forma integrada;
- c) **3ª linha:** avaliação independente da Auditoria Interna.

A cultura de riscos é disseminada por meio de processo estruturado, com base em treinamentos específicos. Informações sobre os níveis de apetite por riscos apresentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, estratégias e processos relacionados ao gerenciamento integrado de riscos são disseminadas na Instituição.

O Programa de Testes de Estresse (PTE) está inserido no gerenciamento integrado de riscos do Banco Sicoob e tem o objetivo de identificar impactos de eventos e circunstâncias adversas na Instituição ou em um portfólio, por meio de exercícios de testes de estresse de sensibilidade.

Para dar suporte a essa estrutura, o Banco Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento de riscos, segregada das unidades de negócios e da unidade executora da atividade de auditoria interna, com o objetivo de assegurar, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na RAS.

Os órgãos de governança, comitês e a alta administração acompanham permanentemente as atividades e os indicadores de gerenciamento de riscos, de forma a garantir a eficiência e eficácia do modelo de controle.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer as diretrizes, políticas e alçadas para o gerenciamento de riscos.

O Comitê de Riscos (Coris) é responsável por apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições.

No nível executivo, o diretor para gerenciamento de riscos (CRO) é responsável pela atividade de gerenciamento contínuo e integrado de riscos. Suas atividades são acompanhadas no âmbito do Comitê de Riscos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

A Auditoria Interna desempenha o papel de promover a avaliação independente das atividades, sistemas, modelos e procedimentos desenvolvidos na Instituição, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Banco Sicoob (www.bancoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamentos de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

a.1. Risco de crédito

O risco de crédito decorre da incerteza de uma contraparte honrar seus compromissos. O gerenciamento do risco de crédito do Banco Sicoob possui como diretriz a Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O Banco Sicoob é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do seu conglomerado e fundação patrocinada, conforme prevê o inciso II do art. 2º da Resolução CMN 4.557/2017, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o Banco Sicoob dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O Banco Sicoob realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das operações de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a. validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b. estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c. procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d. identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- e. sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- f. monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- g. informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- h. área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- i. modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas das contrapartes e questões setoriais e macroeconômicas;
- j. limites portfolizados de crédito para cada cliente e limites globais por carteira;
- k. modelo para avaliar o impacto na provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como no capital regulamentar e índice de Basileia, em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

i. Definição de ativo problemático e cura

O Banco Sicoob considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE:

i.1. Pessoa física e pessoa jurídica

Todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias em relação aos pagamentos contratuais, renegociação advinda de operação de crédito com atraso superior a 60 dias, honra de aval da cooperativa nas operações de cartão de crédito e verificação de ação judicial, anotação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da contraparte.

i.2. Cooperativa

Caso ocorra, o ativo problemático de uma operação de crédito com cooperativas de crédito é detectado quando se verifica eventual rejeição de possível incorporação, dada a necessidade de ocorrência. Não há critério de cura para o modelo de cooperativas.

ii. Classificações internas de risco e processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD)

O Banco Sicoob possui modelo de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de ratings, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

iii. Mensuração do risco de crédito

iii.1. Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default* - EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros, exceto limites e garantias financeiras prestadas que são sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes.

Para as garantias financeiras, a exposição na inadimplência é considerada o valor concedido como garantia.

iii.2. Perda em caso de inadimplência (*Loss given default* - LGD)

O Banco Sicoob utiliza tabela de LGD definida com base em estudos internos de toda a cadeia de garantias versus operações.

iii.3. Aumento significativo de risco de crédito

O Banco Sicoob monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação PE Lifetime, o Banco Sicoob avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Considerando as pessoas físicas e jurídicas, o aumento significativo de risco de uma operação de crédito é detectado quando se verifica ao menos uma das seguintes ocorrências:

- Atraso entre 31 e 90 dias;
- Deterioração do risco do tomador;
- Renegociação não mandatária advinda de operação de crédito com até 60 dias de atraso; e
- Verificação de prejuízo no SFN.

Não foi identificada necessidade de definição de estágio 2 de risco para as cooperativas, pelo caráter qualitativo de avaliação.

iii.4. Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 4, letra f, o Banco Sicoob calcula as perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de empréstimos e adiantamentos a clientes.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

iii.5. Foward Looking (Informações prospectivas)

Para definição dos modelos Forward Looking por tipo de pessoa e produto são utilizados indicadores macroeconômicos com e sem deslocamento do indicar no tempo (12 meses anteriores e posteriores), na visão safra e data-base.

Essas exposições são agrupadas considerando critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto; e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

a.2. Riscos de mercado e de variação das taxas de juros

O Banco Sicoob aderiu à Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros (IRRBB), que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros prevê:

a.2.1. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.2.1.1.** o valor do risco e o consumo de limite das carteiras bancária e de negociação;
- a.2.1.2.** análise de descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- a.2.1.3.** limites máximos de riscos de mercado e de variação das taxas de juros;
- a.2.1.4.** análise de sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base na curva de juros;
- a.2.1.5.** resultado das perdas e ganhos embutidos (EGL);
- a.2.1.6.** testes de estresse;
- a.2.1.7.** planos de contingência.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

a.2.2. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

a.2.3. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros;

a.2.4. existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros.

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em carteira de negociação e carteira bancária, de acordo com os critérios gerais estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 e Resolução BCB nº 111, de junho de 2021.

Para o cálculo do risco de mercado são utilizadas metodologias padronizadas de acordo com os fatores de risco para os instrumentos classificados na carteira de negociação.

Para as parcelas de risco de mercado RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento do risco de variação das taxas de juros para a carteira bancária (IRRBB) é realizada com base nas seguintes métricas:

- Δ NII (delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ EVE (delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros.

Ademais, são realizados testes de estresse regularmente, de forma a avaliar os impactos decorrentes de condições extremas de mercado sobre o valor das posições ativas e passivas.

As metodologias aplicadas no cálculo de perdas em cenários de estresse são:

- **Simulação Histórica** – reprecifica a carteira atual utilizando a pior variação mensal do mercado apurada no histórico dos últimos 10 anos.
- **Cenários Econômicos** – considera os cenários de alta e baixa disponibilizados pela B3, para avaliar a sensibilidade do risco dado à mudança de comportamento na taxa de juros.
- **Choques metodologia padronizada** – considera choques paralelo de alta e baixa na curva de juros, aplicando a metodologia padronizada prevista na Circular BCB n.º 3.876/18, para avaliar a sensibilidade do risco da carteira bancária dada uma mudança no comportamento das taxas de juros.

A estrutura de limites é alinhada com as diretrizes do Conselho de Administração, sendo revisada e aprovada anualmente. Esta estrutura conta com limites específicos para o risco de mercado e de variação das taxas de juros e são estabelecidos em função do Patrimônio de Referência (PR).

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do site www.bancoob.com.br, no caminho “Conheça o

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Banco Sicoob / Publicações / Gerenciamento de Riscos e de Capital / Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

a.3. Risco de Liquidez

O Banco Sicoob aderiu às seguintes políticas: Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez. Tais políticas preveem procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez do Banco Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez prevê:

a.3.1. acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- a.3.1.1.** composição da liquidez;
- a.3.1.2.** limite mínimo de liquidez;
- a.3.1.3.** fluxo de caixa projetado;
- a.3.1.4.** testes de estresse;
- a.3.1.5.** planos de contingência.

a.3.2. realização de testes de avaliação dos sistemas de controle do risco de liquidez;

a.3.3. elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

a.3.4. existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos de identificação de riscos, de curto e longo prazo, considerando os possíveis impactos na liquidez do Conglomerado Banco Sicoob.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez da Instituição. Trimestralmente, são realizadas e testadas simulações em diversos cenários.

Para avaliação da efetividade do plano de contingência, trimestralmente, são testadas as principais medidas de contingência com o intuito de avaliar a capacidade de geração de liquidez.

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros pode ser acessada por meio do site www.bancoob.com.br, no caminho "Conheça o Banco Sicoob / Publicações / Gerenciamento de Riscos e de Capital / Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3.

a.4. Risco operacional e risco de imagem

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação quantitativa e qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

As perdas operacionais são comunicadas à Gerência de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

O gerenciamento do risco de imagem é realizado por meio do monitoramento dos canais de comunicação institucionais (Ouvidoria, SAC), do Banco Central do Brasil (Sistema de Registro de Demandas do Cidadão - RDR) e públicos (Reclame Aqui e redes sociais).

A exposição das marcas e os impactos de imagem nas campanhas realizadas pelo Sicoob e Banco Sicoob são permanentemente acompanhados.

O monitoramento do risco de imagem também é avaliado nas materializações dos riscos financeiros e não financeiros, incluindo os possíveis desenquadramentos perante órgãos reguladores.

a.5. Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a. setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b. linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c. valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Banco não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

a.6. Risco de conformidade

As diretrizes para gerenciamento do risco de conformidade encontram-se registradas na Política de Conformidade, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O Banco Sicoob possui funcionários dedicados exclusivamente à aplicação da política e dos procedimentos específicos. Atuam também como consultores com a missão de prestar as informações necessárias para que seja efetivamente implementado o processo de conformidade.

a.7. Risco de estratégia

O Banco Sicoob desdobra a sua orientação estratégica de agregar fatores de competitividade às cooperativas do Sicoob, posicionando-se como ente sistêmico gestor de produtos de varejo bancário, nas seguintes plataformas de negócios:

- Pagamentos; crédito; administração de recursos de terceiros; centralização financeira; previdência; seguros; cartões; pré-pago; aquisição; consórcios; crédito habitacional; digitalização; investimentos; câmbio e comércio exterior; derivativos agropecuários, BNDES e Fundos Constitucionais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

Nota 29 - Riscos de continuidade dos negócios, lavagem de dinheiro, cibernético e gerenciamento de capital

a. Risco de continuidade dos negócios

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios do Sicoob, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a. identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b. avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c. definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d. continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e. transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

b. Risco de lavagem de dinheiro

As diretrizes encontram-se registradas na Política Institucional de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT) tem como objetivo detectar, por meio de informações constantes do Sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo e Prevenção e Combate a Fraudes (PLDPCF), comportamentos, situações e operações atípicas.

O processo de PLD/FT compreende as seguintes etapas:

- a. monitoramento;
- b. análise e diligenciamento;
- c. comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf);
- d. emissão de relatórios gerenciais.

c. Risco cibernético

As diretrizes para gerenciamento do risco cibernético encontram-se registradas na Política Institucional de Segurança Cibernética, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de risco cibernético se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a. definição de diretrizes para a segurança do espaço cibernético relacionadas à capacidade do Banco Sicoob de prevenir, detectar e reduzir a vulnerabilidade a incidentes relacionados com o ambiente cibernético;
- b. proteção das informações sob responsabilidade das empresas preservando a confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade;
- c. prevenção de eventuais interrupções, totais ou parciais, dos serviços de TI acessados pelas empresas e pelos clientes/cooperados e, no caso de ocorrência de interrupção, a redução dos impactos dela resultantes;
- d. tratamento e prevenção de incidentes de segurança cibernética;
- e. formação e qualificação dos recursos humanos necessários à área de segurança cibernética;

Notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

Valores expressos em milhares de reais

- f. promoção do intercâmbio de conhecimentos entre as demais instituições financeiras, órgãos e entidades públicas a respeito da segurança cibernética;
- g. estabelecimento de plano de ação e de resposta a incidentes, revisado anualmente; definição de diretrizes para a classificação das informações, mantidas em meio eletrônico ou físico, de acordo com os requisitos de proteção esperados em termos de sigilo, valor, requisitos legais, sensibilidade e necessidades do negócio, de modo que busquem assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados.

d. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital no Banco Sicoob observa as diretrizes contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual o Banco Sicoob aderiu formalmente por decisão do seu Conselho de Administração.

Além de dispor de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos para o horizonte mínimo de três anos, as principais fontes e o plano de contingência, o Banco Sicoob mantém um conjunto de metodologias que permitem identificar e avaliar os riscos relevantes inerentes às suas operações, de forma a manter capital compatível.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento de capital é avaliado anualmente pela Auditoria Interna.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontram-se disponíveis no sítio do Banco Sicoob (www.BancoSicoob.com.br) o relatório descritivo das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital e o relatório de gerenciamento de riscos – Pilar III.

* * *

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2022

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução

1. O Comitê de Auditoria é órgão estatutário e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis e a efetividade do sistema de controles internos, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e externa.
2. Além do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob, nos termos estatutários e regimentais, o Comitê de Auditoria atua nas seguintes empresas que integram o Conglomerado Banco Sicoob: Sicoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. – Sicoob DTVM, Sicoob Administradora de Consórcios Ltda. – Sicoob Consórcios e Sicoob Soluções de Pagamento Ltda. – Sicoob Pagamentos.
3. A administração do Banco Sicoob e as administrações das empresas que integram o Conglomerado são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e consistente e zelar pela conformidade às normas legais e regulamentares.
4. A Auditoria Interna realiza, de forma independente, trabalhos periódicos nas empresas do Conglomerado, de avaliação das ações de gerenciamento de riscos e da adequação e efetividade dos controles internos.
5. A PricewaterhouseCoopers (PwC) é a empresa de auditoria externa contratada para prestar serviços de auditoria das demonstrações contábeis do Banco Sicoob e das empresas que integram o Conglomerado. Cabe à Auditoria Externa:
 - a) opinar sobre a adequação das demonstrações contábeis em relação à posição financeira e patrimonial, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS); e
 - b) avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, em conexão com os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, inclusive o sistema de gerenciamento de riscos e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades

6. O Comitê de Auditoria, no cumprimento das exigências legais e regulamentares:
 - a) promoveu, no exercício de 2022, 6 reuniões ordinárias e 2 reuniões extraordinárias;
 - b) atuou com independência, sempre fundamentado pelas informações recebidas da administração, dos auditores externos, dos auditores internos, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e controles internos e do Comitê de Riscos, e, ainda, pelas suas próprias convicções decorrentes de observação direta;
 - c) acompanhou o processo de preparação das demonstrações contábeis (IFRS); avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas; examinou as práticas contábeis adotadas, os procedimentos utilizados para constituição de provisões e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS);
 - d) promoveu reuniões com a Diretoria, o Conselho de Administração e o Comitê de Riscos e, nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos à instância competente;
 - e) acompanhou e avaliou os trabalhos de: Auditoria Interna; Auditoria Externa realizada pela empresa PricewaterhouseCoopers (PwC); gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental, imagem, conformidade, cibernético e estratégia; continuidade de negócios, prevenção à lavagem de dinheiro, Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e Programa de Testes de Estresse (PTE); e

Relatório do comitê de auditoria

31 de dezembro de 2022

- f) apresentou recomendações à administração, as quais constam das atas das reuniões, todas arquivadas e disponíveis para os órgãos de administração.

Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

7. Em reuniões realizadas com as áreas responsáveis e por meio da análise das informações e documentos solicitados e disponibilizados pela administração, o Comitê de Auditoria avaliou aspectos relativos ao sistema de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado, não tendo sido identificadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a organização.
8. No exercício de 2022 não ocorreram comunicações sobre erros, fraudes ou descumprimento de dispositivos legais ou normativos, por meio dos canais de comunicação disponibilizados aos funcionários Destaque, neste período, para a alteração promovida na composição do Comitê de Auditoria, que passou a ter em sua composição dois integrantes independentes.
9. O Comitê de Auditoria considera que o sistema de controles internos e os processos relacionados ao gerenciamento de riscos são adequados ao porte e à complexidade do Banco Sicoob e das empresas integrantes do Conglomerado, havendo esforço contínuo da administração para aprimorar os sistemas, processos e procedimentos.

Auditoria Externa

10. Os auditores externos contratados – PricewaterhouseCoopers – PwC – apresentaram, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado de seus trabalhos e aspectos contábeis relevantes, não tendo sido identificadas situações que possam afetar a objetividade e independência da auditoria.
11. O Comitê de Auditoria considera satisfatórios os trabalhos realizados pela Auditoria Externa, que corroboram a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2022.

Auditoria Interna

12. Em conformidade com o planejamento anual aprovado pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna apresentou, nas reuniões do Comitê de Auditoria, o resultado dos trabalhos realizados, não tendo sido identificados riscos residuais que possam afetar a solidez e continuidade do Banco e das empresas integrantes do Conglomerado.
13. O Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna.

Demonstrações Contábeis

14. Foram analisados os procedimentos de preparação dos balancetes e balanços, individuais e consolidados, das notas explicativas e dos relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS).
15. O Comitê de Auditoria conclui que as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS) de 31/12/2022 foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Conglomerado Banco Sicoob naquela data.

Brasília, 9 de março de 2023.

Rafael Alves Horta
Coordenador

Antonio Carlos Correia

Marcos Vinícius Viana Borges

Composição dos órgãos de administração do Banco Sicoob

Conselho de Administração

Miguel Ferreira de Oliveira – Presidente
Rui Schneider da Silva – Vice-Presidente
Aifa Naomi Uehara de Paula
Bento Venturim
Clidenor Gomes Filho
Felipe Magalhães Bastos
Hudson Tabajara Camilli
Ivan Capra
Ivo Azevedo de Brito
Joao Batista Bartoli de Noronha
José Evaldo Campos
Luiz Antônio Ferreira de Araújo
Luiz Gonzaga Viana Lage
Marcelo Baiocchi Carneiro
Marcelo Martins
Wilson Geraldo Cavina

Diretoria

Marco Aurélio Borges de Almada Abreu - Diretor-presidente
Antônio Cândido Vilaça Junior - Diretor
Ênio Meinen – Diretor
Fernando Vicente Netto - Diretor
Francisco Silvio Reposse Junior - Diretor
Marcos Vinicius Viana Borges - Diretor
Rubens Rodrigues Filho - Diretor

Contador

Primo João Cracco
CRC-SP 149.703/O-2